



Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994

(Estatuto dos Servidores Civis Públicos
do Estado da Bahia)

Título I Das Disposições Preliminares

Art. 1º - **Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, de qualquer dos Poderes, suas autarquias e fundações públicas.**

Foi por imposição do art.39 da Constituição Federal que estabeleceu a **uniformidade** dos regimes de todos quantos trabalhem para a Administração Pública, em qualquer das três esferas de *poder* (federal, estadual, distrito federal e municipal), e, ainda, extensivo às suas *autarquias e fundações públicas*.

Estabeleceu o legislador constituinte que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, **regime jurídico único** e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas”. Buscava a Constituição por fim à *balbúrdia* dos regimes e à grande dificuldade de controle dos direitos e obrigações daqueles que trabalhavam para a Administração Pública, e, não raro com funções idênticas, porém sob *dispar*es situações na ordem dos deveres e vantagens.

Com a *reforma administrativa* implantada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (de 5.6.98) pretendeu-se eliminar a obrigatoriedade do *regime único* para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas: “Art.39 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.”

Sucedeu, entretanto, que **medida liminar** concedida na **ADIN nº2.135-4** suspendeu a eficácia dessa nova redação do *caput* do art.39/CF, até julgamento final, sob o fundamento de que o *texto* obteve apenas 298 votos, quando seriam necessários 304 votos, em 1º Turno de votação na Câmara dos Deputados. Consequentemente, prevalece a imposição do “*regime jurídico único*”, incompatível com a figura do “*emprego público*”.

A desobrigação de um único regime jurídico (RJU) permitiria à União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios a definição de *novas* políticas para a contratação de servidores, inclusive pelo regime *celetista* (da CLT), equiparando o funcionário público ao da atividade privada, no que concerne a seus direitos e deveres.

Apesar da *reforma*, portanto, remanesce válido o *regime jurídico* instituído pela Lei nº 8112/90, pelo qual tanto os Servidores Públicos Civis (excluídos, portanto os militares), que

prestam serviços diretamente para a União, quanto os servidores Civis, que prestam serviços às Autarquias e às Fundações — todos se submeterão ao chamado “*regime estatutário*”.

Isso significa que as relações jurídicas, que se estabelecerão entre tais Servidores Públicos e a Administração Pública serão baseadas nos dispositivos constitucionais e nos estatutários. Noutras palavras, não há um “*contrato*” entre o Poder Público e o funcionário, nem há discussão e acerto das condições de trabalho, remuneração, etc. Tudo é estabelecido *unilateralmente*, por leis e regulamentos, desde as condições de exercício das funções públicas, até os deveres e os direitos dos funcionários. Mais que isso, a lei é quem fixa e altera vencimentos e exige requisitos de eficiência, capacidade, sanidade física e mental, moralidade, etc. Isso é o regime estatutário: no interesse do serviço público as condições poderão ser alteradas por lei, sem necessidade de aquiescência do trabalhador. Isso porém, não quer dizer que o Servidor não adquira direitos. Adquire-os e, sempre que no regime anterior o servidor satisfizer certas condições para a aquisição de um direito, nenhuma lei nova poderá prejudicá-lo. Mas, se o direito ainda não foi adquirido, a lei nova sempre alterará a situação.

Veja que há a impossibilidade de a Administração Pública alterar, unilateralmente as condições da relação estatutária (deveres, direitos e responsabilidades), como é proibido pelo art.13/Estatuto — mas não confundir com a possibilidade de a **lei** alterar essas condições. Nisso se consubstancia o “*regime estatutário*”: não há contrato, mas submissão permanente à lei, que sempre poderá alterar as relações entre o Servidor Público Civil e a Administração Pública, mesmo que seja para prejudicá-lo (desde que ele ainda não tenha adquirido um direito, definitivamente): o importante é a fidelidade ao interesse do serviço público e sua eficiência.

O Regime Jurídico de Outros “Empregados” Públicos

Além dos chamados “*servidores públicos*” propriamente ditos, há outras pessoas que são contratadas para trabalhar para a Administração Pública, ou em função de natureza técnica especializada, ou em serviços temporários.

Mesmo ao tempo do *regime jurídico único* a *uniformização*, como se verá, não era tão abrangente. Para estes há um *regime especial*, diferente do Estatutário e também da C.L.T. — isso para atender da melhor forma possível às conveniências da Administração, no que toca às atividades para as quais são eles contratados.

Confira que a própria Constituição Federal (art.37-inc.IX) prevê a possibilidade de contratação desse pessoal, em regime especial: “*a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público*”.



E há outras pessoas que são contratadas pelo regime - da CLT, empregados que se relacionam com a Administração Pública consoantemente as regras trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, eles com os direitos e obrigações próprios dos Empregados comuns e a Administração Pública com os direitos e obrigações típicas dos Empregadores comuns. São eles os chamados "**Empregados Públicos**".

Também a nova Constituição Federal previu a possibilidade de contratação de pessoas para "**empregos públicos**", e, embora caiba à lei a definição dos critérios de admissão, a relação que manterão eles com a Administração Pública será regida pela CLT. De qualquer sorte, não se há de perder de vista que todos eles, Estatutários ou não, serão sempre considerados "**funcionários públicos**" para efeitos criminais e de responsabilização civil.

O Regime Trabalhista do Empregado Público

O Prof.HELLY LOPES MEIRELLES afirma que "Os servidores contratados no regime da CLT, também chamados **empregados públicos**, são os que prestam serviços à Administração Direta ou à Autarquia mediante contrato de trabalho nos termos e condições da legislação trabalhista" (in "**Direito Administrativo Brasileiro**", 5ª ed.RT, p.371).

Símile a definição do Prof.DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO: "**empregados públicos são aqueles servidores que mantêm um contrato de trabalho com pessoas jurídicas de direito privado paraestatais (art.37,I e, enquanto sobrexistirem servidores fora dos regimes jurídicos unificados, também os com as pessoas jurídicas de direito público...**" (in "**Curso de Direito Administrativo**", 10ª ed.Forense, p.196). Assim, para simplificar, **servidores públicos** os regidos pelo chamado "**regime único**", vulgarmente conhecidos como **estatutários** --- sendo **empregados públicos** os que têm sua relação jurídica com a Administração disciplinada pela CLT.

O Regime Especial do Temporário

Como vimos, a própria Constituição Federal previu a necessidade extraordinária de pessoal, e possibilitou sua contratação, independentemente de concurso público: "**lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público**" (art.37-IX-CF).

Sabidamente, há épocas em que os serviços apresentam-se mais volumosos, invencíveis pelo contingente normal de funcionários públicos. Se elevasse o número de funcionários, quando se superasse tal "**pico**", haveria ócio (gente demais e serviço "**de menos**") prejudicial à administração e seu crédito, perante a opinião pública. Por isso, a Constituição autoriza a administração pública à, excepcionalmente, contratar funcionários, para atender a tais necessidades temporárias e de excepcional interesse público.

Essa liberdade de contratação provisória, porém, ainda não pode ser exercitada pela administração pública: será, oportunamente, disciplinada em lei especial, que definirá os casos em que será permitida a contratação temporária, bem como os direitos e garantias desses empregados. Apenas a título de exemplo, no Estado de São Paulo, a contratação desses trabalhadores **temporários** é prevista e disciplinada pela Lei nº 500/74.

Art.2º - Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art.3º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos, para provimento em caráter permanente ou temporário.

Art.4º - Os cargos de provimento permanente da administração pública estadual, das autarquias e das fundações públicas serão organizados em grupos ocupacionais, integrados por categorias funcionais identificadas em razão do nível de escolaridade e habilidade exigidos para o exercício das atribuições previstas em lei.

Art.5º - Para os efeitos desta Lei:

- I - referência - é a posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe, de acordo com o critério de antiguidade;
- II - classe - é a posição hierarquizada de cargos da mesma denominação dentro da categoria funcional;
- III - categoria funcional - é o agrupamento de cargos classificados segundo o grau de conhecimentos ou de habilidades exigidos;
- IV - grupo ocupacional - é o conjunto de cargos identificados pela similaridade de área de conhecimento ou de atuação, assim como pela natureza dos respectivos trabalhos;
- V - carreira - é a linha estabelecida para evolução em cargo de igual nomenclatura e na mesma categoria funcional, de acordo com o merecimento e antiguidade do servidor;
- VI - estrutura de cargos - é o conjunto de cargos ordenados segundo os diversos grupos ocupacionais e categorias funcionais correspondentes;
- VII - lotação - é o número de cargos de categoria funcional atribuído a cada unidade da administração pública direta, das autarquias e das fundações.

Art.6º - Quadro é o conjunto de cargos de provimento permanente e de provimento temporário, integrantes dos órgãos dos Poderes do Estado, das autarquias e das fundações públicas.

Solução Apositilas



Art.7º - É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo nos casos previstos em lei.

Título II
Do Provimento e da Vacância

Capítulo I

Do Provimento

Seção I

Disposições Gerais

Art.8º - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - a boa saúde física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que apresentam, sendo-lhes reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a 0,5 (cinco décimos).

Art.9º - O provimento dos cargos públicos e a movimentação dos servidores far-se-ão por ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente superior de autarquia ou de fundação pública.

Art.10 -São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
II - reversão;
III - aproveitamento;
IV - reintegração;
V - recondução.

§ único - A lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na administração pública estadual estabelecerá critérios para a evolução do servidor.

Seção II

Da Nomeação

Art.11 -A nomeação far-se-á :

I - em caráter permanente, quando se tratar do provimento em cargo de classe inicial da carreira ou em cargo isolado;

II - em caráter temporário, para cargos de livre nomeação e exoneração;

III - em caráter vitalício, nos casos previstos na Constituição.

§ único - A designação para funções de direção, chefia e assessoramento superior e intermediário, recairá, preferencialmente, em servidor ocupante de cargo de provimento permanente, observados os requisitos estabelecidos em lei e em regulamento.

Art. 12 - A nomeação para cargo de classe inicial de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

§ único - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira serão estabelecidos em normas legais e seus regulamentos.

Seção III

Do Concurso Público

Art.13 - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, realizando-se mediante autorização do Chefe do respectivo Poder, de acordo com o disposto em lei e regulamento.

§ único - No caso de empate, terão preferência, sucessivamente:

- a) o candidato que tiver mais tempo de serviço prestado ao Estado da Bahia;
- b) outros que o edital estabelecer, compatíveis com a finalidade do concurso.

Art.14 - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, dentro deste prazo, uma única vez, por igual período, a critério da administração.

§ único - O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização, os critérios de classificação e convocação e o procedimento recursal cabível serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial.

Art.15 -A realização do concurso será centralizada no órgão incumbido da administração central de pessoal de cada Poder, salvo as exceções legais.



Seção IV
Da Posse

Art.16 -Posse é a investidura em cargo público.

§ único - A aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, será formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo empossando.

Art.17 -A autoridade que der posse terá de verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitos os requisitos estabelecidos em lei ou regulamento, para a investidura.

Art.18 -São competentes para dar posse:

- I - o Governador do Estado e os Presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa aos dirigentes de órgãos que lhes são diretamente subordinados;
- II - os Secretários de Estado aos dirigentes superiores das autarquias e fundações vinculadas às respectivas pastas e aos servidores dos órgãos que lhes são diretamente subordinados;
- III - os Procuradores Gerais do Estado e da Justiça aos servidores que lhes são diretamente subordinados;
- IV - os Presidentes dos Tribunais de Contas aos respectivos servidores, na forma determinada em suas respectivas leis orgânicas;
- V - os dirigentes superiores das autarquias e fundações aos servidores que lhes são diretamente subordinados;
- VI - os dirigentes dos serviços de administração ou órgão equivalente aos demais servidores.

Art.19 -A posse deverá verificar-se até 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, no prazo original.

§ 1º - Quando se tratar de servidor em gozo de licença, ou afastado legalmente, o prazo será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º - Se a posse não se der dentro do prazo, o ato de nomeação será considerado sem efeito.

§ 3º - A posse poderá ocorrer por procuração específica.

§ 4º - O empossado, ao se investir no cargo de provimento permanente ou temporário, apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

Art.20 -A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

§ único - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente para o exercício do cargo.

Seção V
Do Exercício

Art.21 -Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, ou, quando inexigível esta, da data de publicação oficial do ato de provimento.

§ 2º - Na hipótese de encontrar-se o servidor afastado legalmente, o prazo a que se refere o § 1º será contado a partir do término do afastamento.

§ 3º - O servidor que não entrar em exercício, dentro do prazo legal, será exonerado de ofício.

§ 4º - À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor incumbe dar-lhe exercício.

Art.22 -O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento do servidor.

§ único - ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art.23 - O servidor relotado, removido ou afastado, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias para entrar em exercício.

§ único - Na hipótese de encontrar-se o servidor afastado legalmente, aplica-se o disposto no § 2º do artigo 21.

Art.24 - O ocupante do cargo de provimento permanente fica sujeito a 30 (trinta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Art.25 - Além do cumprimento do estabelecido no artigo anterior, o ocupante de cargo de provimento temporário poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração.



Art.26 - O servidor somente poderá participar de missão ou estudos no exterior, mediante expressa autorização do Chefe do Poder a que esteja vinculado.

§ 1º - A ausência não excederá a 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais 02 (dois) e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período poderá ser permitida nova ausência.

§ 2º - Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento das despesas correspondentes.

§ 3º - O servidor ocupante de cargo de provimento temporário somente poderá ausentar-se em missão oficial e pelo prazo estritamente necessário ao cumprimento dele.

§ 4º - O servidor ocupante de cargo de provimento temporário será substituído, em suas ausências ou nos seus impedimentos, por outro, indicado na lei ou no regimento, ou, omissos estes, designado por ato da autoridade competente, cumprindo ao substituto, quando titular de cargo em comissão, exercer automaticamente as atribuições do cargo do substituído sem prejuízo do exercício das atribuições inerentes ao seu cargo, salvo se os encargos da substituição reclamarem a dispensa do exercício destes.

Obs: este parágrafo foi alterado pela lei nº 7.023/97.

§ 5º - A designação para substituir titular de cargo de provimento temporário deverá observar os mesmos requisitos estabelecidos para o seu provimento e somente poderá recair sobre servidor ou empregado público em exercício no respectivo órgão ou entidade e que, preferencialmente, desempenhe suas funções na unidade administrativa da lotação do substituído.”

Obs: este parágrafo foi acrescido pela lei nº6.932/96.

Seção VI Do Estágio Probatório

Art.27 - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

Como sugere o próprio nome, o "estágio probatório" é um período, em que o funcionário será acompanhado, analisado e avaliado, para se ter a certeza de que ele é "vacionado" ao serviço público, ou seja se ele é mesmo "competente" e tem condições de bem servir à Administração Pública no cargo para o qual foi nomeado, investido e trabalha.

Atenção: o período durante o qual o servidor iniciante estará sob avaliação — que a o estatuto menciona como de 24 meses (ou dois anos, é a mesma coisa) **foi alterado** pela *Reforma Administrativa* (Emenda Constitucional nº 19/98) para **três anos**, conforme se constata na seguinte nova redação dada ao art.41/CF:

"Art.41- São estáveis **após três anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

Assim, o prazo do *estágio probatório*, que antes era de dois anos, doravante, será de **três anos**.

Mais que isso a extensão do prazo, o legislador constituinte beberou o ensinamento do estatuto: veja que art.20 do *Estatuto* condicionava a aquisição da estabilidade à avaliação de desempenho do cargo pelo servidor. Essa exigência só valia para os funcionários públicos federais, enquanto os servidores estaduais ou municipais só se submeteriam a tal avaliação fosse exigida pelos respectivos estatutos de seu Estado ou de seu Município — já que a avaliação não era imposta pela Constituição. Com a Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19/98), todos os servidores públicos iniciantes deverão cumprir estágio probatório de 3 anos, e só adquirirão estabilidade se forem aprovados numa prévia avaliação de eficiência. Confira a nova redação do art.41-§ 4º/CF:

“Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.”

Trata-se de novidade moralizadora que visa a por fim à *ineficiência* do serviço público: é a possibilidade da demissão por *insuficiência de desempenho*, por *incompetência* flagrada já no estágio probatório: antes o simples passar do tempo produzia a estabilidade; agora, só os eficientes ficarão no serviço público.

¿Como ficarão os servidores que, admitidos recentemente, estavam prestes a alcançar a estabilidade? Serão estáveis logo que completarem os dois anos, automaticamente, ou só terão estabilidade após 3 anos de estágio e, ainda, precisarão se submeter à avaliação prévia? A resposta é dada por uma disposição transitória da Reforma Administrativa — o art.28 da Emenda Constitucional nº 19/98: *“É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal”*. Assim, o estágio deles será de apenas 2 anos, mas não se livrarão da avaliação prévia.

Veja todos os ângulos, sob os quais o funcionário será analisado, durante o estágio probatório:

I - assiduidade;

Assíduo é o funcionário que não falta ao serviço, ou



que falta o mínimo possível. Se, durante o estágio probatório, o funcionário faltar muito --- estará mostrando uma faceta muito negativa de qualquer empregado, e, especialmente, uma faceta inaceitável para um funcionário público, já que os serviços públicos não podem sofrer interrupção. Se o funcionário faltar muito, ele deverá ser reprovado no estágio probatório, e, conseqüentemente, exonerado.

II - disciplina;

Ser disciplinado significa cumprir aos comandos dos Chefes, às ordens dos Superiores, às normas de conduta e procedimento. Rigorosamente, significa ser obediente e dedicado ao Serviço Público. O funcionário indisciplinado, além de ser um mal exemplo aos demais, tumultua o trabalho e o desorganiza seu funcionamento, tornando-o ineficiente. Se durante o estágio probatório o funcionário se mostrar indisciplinado, ele deverá ser dispensado (exonerado), por se mostrar desafinado com a essência do serviço público.

III - **capacidade de iniciativa;**

Todos sabemos que um trabalhador deve ter iniciativa, ou seja, tomando as providências, fazendo as coisas sem que seja necessário uma ordem para cada coisinha que ele deve fazer. Funcionário que precisa ser mandado até para se sentar, é, antes de tudo, ineficiente, e, por isso, não serve para o serviço público.

Ser *disciplinado e obediente* é uma virtude, mas ser completamente passivo, incapaz de tomar qualquer medida sem uma ordem, é ser pobre de iniciativa, um gravíssimo defeito de personalidade para um servidor do povo. Não servirá para o funcionalismo público e será reprovado no "*estágio probatório*", sendo exonerado.

IV - produtividade;

Tem gente que, quando pega um servicinho para fazer, leva um dia todo e não acaba nunca. Faz bem feitinho, mas não produz. Funcionário desse tipo só contribuirá para o mal conceito do serviço público (que já tem péssima fama de ser emperrado). O Servidor deve ser expedito, rápido, eficiente, produzir o máximo que puder, para que o povo seja bem servido, para que seu serviço renda. A produtividade é uma virtude, que se exige de todo trabalhador, e, principalmente, do servidor público. Caso o funcionário, durante o estágio probatório, mostre-se uma "*lesma*", não "*rendendo*" seu serviço, será reprovado e exonerado.

V - **responsabilidade.**

A "*responsabilidade*" é a qualidade de uma pessoa ser cumpridora de suas obrigações, de ter consciência da importância e seriedade de seu trabalho e de se portar à altura dele. Um funcionário responsável é aquele que não se esquece de seus deveres, que os cumpre da melhor forma possível, que se empenha com toda dedicação para que seu serviço alcance seu propósito, a qualquer custo.

Mas, se o funcionário, durante o estágio probatório, mostrar-se um "*desligado*", "*desinteressado*" por seu trabalho, não se importando com suas tarefas e seus compromissos, falhando na hora em que mais se espera dele --- será um "*irresponsável*", e, assim, reprovado no "*estágio probatório*", devendo ser exonerado do serviço público.

§ único - Obrigatoriamente 04 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, que será completada ao término do estágio.

Seção VII

Da Estabilidade

Art.28 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento permanente adquirirá estabilidade ao completar ~~02 (dois)~~ anos de efetivo exercício.

Este artigo, com outras palavras, repetia o que era definido pelo art.41 da Constituição Federal: *"São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público"*. Sucede, porém, que o referido art.41/CF foi alterado pela Emenda Constitucional nº 19 (*Reforma Administrativa*), passando a ter a seguinte redação:

"Art.41- São estáveis após **três anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público."

Assim, fica alterado o prazo do *estágio probatório*: antes a estabilidade vinha após dois anos de estágio e, doravante, só haverá estabilidade para quem superar **três anos** de estágio.

¿Como ficarão os servidores que, admitidos recentemente, estavam prestes a alcançar a estabilidade? Serão estáveis logo que completarem os dois anos, automaticamente, ou só terão estabilidade após 3 anos de estágio e, ainda, precisarão se submeter à avaliação prévia? A resposta é dada por uma disposição transitória da Reforma Administrativa — o art.28 da Emenda Constitucional nº 19/98: *“É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal”*. Assim, o estágio deles será de apenas 2 anos, mas não se livrarão da avaliação prévia.

Atenção: antes, o simples passar do tempo produzia a estabilidade; agora, só os eficientes ficarão no serviço público, já que além da extensão do prazo do estágio, o legislador constituinte passou a subordinar a aquisição da estabilidade à prévia avaliação de desempenho do cargo pelo servidor, e, assim, e só adquirirão estabilidade se forem *aprovados* numa prévia avaliação de eficiência. Confira a nova redação do art.41-§ 4º/CF: § 4º



- “Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.”

A Estabilidade

A estabilidade impede que o funcionário público seja mandado embora. A demissão do funcionário estável só poderá ocorrer, caso fique provado que ele cometeu uma falta grave, prevista em lei como causa à sua demissão. Isso tudo, em processo judicial ou administrativo, em que o funcionário estável terá a mais ampla defesa.

Não basta ser funcionário público para ter estabilidade. É necessário que esteja no exercício do cargo/função há dois anos: é o prazo mínimo, que entendeu o constituinte suficiente para que fique demonstrado que o servidor tem qualidades morais e profissionais, para integrar a administração pública.

Observe que o funcionário só adquire estabilidade após aprovado na avaliação posterior ao “estágio probatório”, em que, por três anos (antes eram apenas dois anos), ele deve se mostrar digno, eficiente, competente e afinado às condições do trabalho público.

Se depois de três anos de efetivo exercício (se esteve afastado não se computa o período de afastamento) ele foi aprovado nesse “estágio probatório”, então será considerado estável.

Importante: apenas os funcionários concursados serão estáveis. Noutras palavras, os servidores admitidos para cargos em comissão, que não se submetem a concurso público, não serão jamais considerados estáveis. Poderão sempre ser mandados embora (exonerados), independentemente de haverem dado ou não algum motivo (leia sobre “exoneração”, logo atrás).

¿E, se depois de conquistar o funcionário sua estabilidade, ocorrer de seu cargo ser extinto. Como ficará a situação do funcionário??? As vezes, a administração pública se reorganiza, para melhor atender às necessidades de prestação de serviço público. E, não raro, extingue algum órgão, ou secretaria (às vezes até ministérios), ou apenas seções. Em decorrência, também alguns cargos são extintos.

¿E, então, como ficariam os funcionários estáveis, ocupantes de um cargo, que se extinguiu?? Será aproveitado em algum outro cargo/vago, que permita seu adequado aproveitamento (se ocupava cargo de médico e só há vagas em cargos de engenheiro, datilógrafos, etc, não poderá ser aproveitado). Caso, inexistir um cargo compatível, o servidor público ficará em “disponibilidade”: permanecerá à disposição da Administração Pública, à espera de uma vaga, em que será reaproveitado.

Embora o Estatuto, na Seção referente à Estabilidade, não resolva o problema --- vale o que determina a Consti-

tuição Federal, em seu art.41-§ 3º: “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo” (nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, chamada *Reforma Administrativa*). Naturalmente, não se admitiria que tal funcionário vivesse de brisa, ficasse à miséria: receberá, então, seus vencimentos.

É curioso assinalar, que a velha Constituição estabelecia que a remuneração da disponibilidade seria *proporcional* ao tempo de serviço. Já a **nova** constituição não se referiu à proporcionalidade, permitindo a interpretação (do próprio S.T.F.) de que a disponibilidade seria remunerada com vencimentos integrais. A *Reforma Administrativa* pôs fim a tal polêmica e restabeleceu o sistema anterior: com a extinção do cargo o funcionário estável em *disponibilidade* terá *remuneração proporcional ao tempo de serviço*.

Art.29 - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar, desde que lhe seja assegurada ampla defesa.

Este artigo fica superado pelo novo texto do § 1º do art. 41, alterado pela *Reforma Administrativa* (Emenda Constitucional nº 19/98) — que assim dispõe:

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

No regime anterior, só mesmo se houvesse cometido uma gravíssima falta, é que o funcionário público estável seria demitido. E esse fato (cometimento de falta grave) continua motivando a demissão, sempre que ficar provado ou em processo judicial, ou em processo administrativo — em qualquer hipótese observado o direito constitucional do funcionário público defender-se, para provar sua inocência.

Confira-se que a *Reforma Administrativa* **não** pôe fim à *estabilidade*: apenas criou duas novas regras que permitirão a demissão de servidores estáveis.

A primeira **não** prevista aqui nesta seção, mas no art.169-§ 4º/CF — para atender à Lei Camata (Lei Complementar nº 82/95) — autoriza à União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos municípios a demitirem funcionários estáveis, caso estejam gastando com o pagamento de pessoal mais de 60% de sua receita líquida. Haverá, porém, importantes premissas: inicial-



mente, serão cortados 20% dos cargos *em comissão*; em seguida serão exonerados os servidores *não estáveis*; por final, só será possível a exoneração do funcionário *estável*, se o respectivo cargo também for extinto, e, se não o bastasse, ficará proibida a criação de outros cargos para substituí-los, por um período mínimo de quatro anos.

A segunda é novidade moralizadora — prevista no inciso III deste art.41/CF — e visa a por fim à *ineficiência* do serviço público: é a possibilidade da demissão por *insuficiência de desempenho*.

Naturalmente, será indispensável uma prévia avaliação do funcionário, segundo regras que serão definidas em lei complementar. O importante é que o “*incompetente*” não se acomodará mais o seio da Administração, e, assim, não sacrificará mais o público: servidor que não tiver desempenho à altura das necessidades do cargo será *exonerado*.

Anote-se que foi acrescido o art.247 ao texto constitucional, dispondo que haverá de ser editada uma lei, que estabelecerá critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado: o Juiz de Direito, o Promotor de Justiça, o Delegado de Polícia, o Fiscal (em geral) do Poder Público e outros, não serão demitidos com a mesma facilidade com que o seria um outro servidor qualquer.

E o § único do referido art.247 estabelece que na hipótese de demissão por *insuficiência de desempenho*, será indispensável um processo administrativo, fiel ao princípio do *contraditório* e da *ampla defesa*, sob pena de invalidade da decisão de *perda do cargo*.

O *contraditório* é faculdade, que se conferirá ao funcionário, de rebater todas as alegações contrárias a ele, sejam acusatórias ou recursais, tanto na primeira instância como na instância administrativa superior — enquanto por “*ampla defesa*” entende-se a possibilidade de contratar advogado, produzir provas (documentos, testemunhas, etc), e interpor todos os recursos, que a lei permitir. E só depois que se esgotarem esses recursos é que ocorrerá o chamado “*trânsito em julgado*”: só então poderá o funcionário estável ser demitido (*mandado embora*).

Registre-se, ainda, que sempre que for *exonerado*, o servidor fará jus a uma indenização, que corresponderá a um salário por cada ano trabalhado. Voltando ao texto legal, confira que continuam preservadas a obrigatoriedade de de processo e ampla defesa. Por “*ampla defesa*” entende-se a possibilidade de contratar advogado, produzir provas (documentos, testemunhas, etc), e interpor todos os recursos, que a lei permitir. Só depois que se esgotarem esses recursos é que ocorrerá o chamado “*trânsito em julgado*”: só então poderá o funcionário estável ser demitido (*mandado embora*).

¿ Mas se se na hora de reintegrar o funcionário estável, constatar-se que seu cargo “*não existe mais*”, porque foi extinto??? Embora o Estatuto, na Seção referente à

Estabilidade, não resolva o problema --- vale o que determina a Constituição Federal, em seu art.41-§ 3º: “*Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo*” (nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, chamada *Reforma Administrativa*). Naturalmente, não se admitiria que tal funcionário vivesse de brisa, ficasse à miséria: receberá, então, seus vencimentos, porém, *proporcionalmente* ao seu tempo de serviço.

Seção VIII
Da Promoção

Art.30 - Promoção é a elevação do servidor ocupante de cargo de provimento permanente, dentro da categoria funcional a que pertence, pelos critérios de merecimento e antiguidade.

§ único - O merecimento será apurado de acordo com os fatores mencionados no artigo 27, incisos I a V, e comprovação de aperfeiçoamento profissional, sem prejuízo do disposto no artigo 32.

Art.31 - Não haverá promoção de servidor que esteja em estágio probatório ou que não esteja em efetivo exercício em órgão ou entidade da administração estadual, salvo por antiguidade, ou quando afastado para exercício de mandato eletivo.

Art.32 - Os demais requisitos e critérios para promoção serão os das leis que instituírem os planos de carreira na administração pública estadual e seus regulamentos.

Art.33 - Compete à unidade de pessoal de cada órgão ou entidade processar as promoções, na forma estabelecida em regulamento.

Seção IX
Da Reversão

Art.34 - Reversão é o retorno do aposentado por invalidez, quando os motivos determinantes da aposentadoria forem declarados insubsistentes por junta médica oficial.

§ único - Será cassada a aposentadoria do servidor que não entrar em exercício dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de reversão.

Art.35 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga.

Art.36 - Não poderá reverter o aposentado que contar 70 (setenta) anos de idade.



Seção X
Do Aproveitamento e da Disponibilidade

- Art.37 - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada.
- Art.38 - O retorno do servidor em disponibilidade à atividade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.
- § único - O órgão central de pessoal de cada Poder ou entidade determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer.
- Art.39 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo por doença comprovada por junta médica oficial.
- Art.40 - É assegurado ao servidor estável o direito à disponibilidade para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa do servidor público estadual, sem prejuízo da remuneração do cargo permanente de que é titular.
- § 1º - A disponibilidade limitar-se-á a 06 (seis) servidores.
- § 2º - Além dos 06 (seis) servidores, para cada 20 (vinte) mil servidores da base sindical será acrescido de mais 01 (um).
- § 3º - A disponibilidade terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por no máximo 02 (dois) mandatos.
- § 4º - O servidor não poderá ser relotado ou removido de ofício durante o exercício do mandato e até 06 (seis) meses após o término deste.
- § 5º - Cessada a disponibilidade, o servidor retornará imediatamente ao exercício do cargo.

Seção XI
Da Reintegração

- Art.41 - Reintegração é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado ou ao resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por sentença judicial transitada em julgado ou na forma do artigo 250.
- § único - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade.

Seção XII
Da Recondução

- Art.42 - Recondução é o retorno do servidor estável, sem direito a indenização, ao cargo anteriormente ocupado, dentro da mesma carreira, em decorrência de reintegração do anterior ocupante.
- § único - Encontrando-se provido o cargo, o servidor será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade remunerada.

Seção XIII
Da Readaptação

- Art.43 - Readaptação é o cometimento ao servidor de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, comprovada por junta médica oficial, garantida a remuneração do cargo de que é titular.
- § único - É garantida à gestante atribuições compatíveis com seu estado físico, nos casos em que houver recomendação clínica, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do cargo.

Capítulo II
Da Vacância

- Art.44 - A vacância do cargo decorrerá de:
- I - exoneração;
 - II - demissão;
 - III - aposentadoria;
 - IV - falecimento.
- Art.45 - Ocorrendo vaga, considerar-se-ão abertas, na mesma data, as decorrentes de seu preenchimento.
- Art.46 - A exoneração do servidor ocupante de cargo de provimento permanente dar-se-á a seu pedido ou de ofício.
- § único - A exoneração de ofício será aplicada:
- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
 - II - quando o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- Art.47 - A exoneração do servidor ocupante de cargo de provimento temporário dar-se-á a seu pedido ou a juízo da autoridade competente.
- Art.48 - A demissão será aplicada como penalidade.



Capítulo III
Da Relotação (ou Redistribuição)
e da Remoção

- Art.49 - Relotação é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, com ou sem mudança de sede, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder e natureza jurídica, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, de acordo com o interesse da administração.
- § 1º - A relotação dar-se-á, exclusivamente, para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de organização, extinção ou criação de órgãos ou entidades.
- § 2º - Nos casos de extinção de órgãos ou entidades, os servidores estáveis que não puderam ser relotados, na forma deste artigo ou por outro óbice legal, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos artigos 38 e 39.
- Art.50 - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, com preenchimento de claro de lotação, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- § 1º - Dar-se-á remoção a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionado à comprovação por junta médica oficial, hipótese em que, excepcionalmente, será dispensada a exigência de claro de lotação.
- § 2º - No caso previsto no parágrafo anterior, o servidor preencherá o primeiro claro de lotação que vier a ocorrer.
- § 3º - Fica assegurada ao servidor, a fim de acompanhar o cônjuge ou companheiro, preferência na remoção para o mesmo local em que o outro for mandado servir.

Substituição

- Embora a Lei estadual nº 6.677/94 não preveja esta hipótese, determina a Lei Federal nº 8.112/90 que:
- Art.38 - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. *(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- § 1º - O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período. *(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

- § 2º - O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período. *(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- Art.39 - O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

Título III
Dos Direitos, Vantagens e Benefícios
Capítulo I
Do Vencimento e da Remuneração

- Art.51 - Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- Art.52 - Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
- Art.53 - O vencimento do cargo observará o princípio da isonomia, quando couber, e acrescido das vantagens de caráter individual, será irredutível, ressalvadas as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- Art.54 - Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores fixados como remuneração, em espécie, a qualquer título, para Secretário de Estado.
- § único - Excluem-se do teto de remuneração as indenizações e vantagens previstas nos artigos 63 e 77, incisos II a IV, o acréscimo previsto no artigo 94, o abono pecuniário previsto no artigo 95 e o salário família.
- Art.55 - Nenhum servidor receberá a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.
- Art.56 - O servidor perderá:
- I - a remuneração dos dias em que faltar ao serviço;
- II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.
- Art.57 - Salvo por imposição legal ou por mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou proventos.
- § único - Mediante autorização escrita do servidor, haverá desconto ou consignação em folha de pagamento em favor de entidade sindical e associação de servidores a que seja filiado, ou de terceiros, na forma definida em regulamento.



Art.58 - As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais, atualizadas, não excedentes à terça parte da remuneração ou dos proventos.

§ único - Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, a percepção de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração de responsabilidade.

Art.59 - O servidor em débito com o erário, que for demitido ou exonerado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitá-lo.

§ único - A não quitação do débito no prazo previsto implicará a sua inscrição em dívida ativa.

Art.60 - O vencimento, a remuneração e os proventos não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto no caso de verba alimentar resultante de decisão judicial.

Capítulo II
Das Vantagens

Art.61 - Além do vencimento, poderão ser concedidas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações;
- IV - estabilidade econômica.

§ 1º - As indenizações e os auxílios não se incorporam ao vencimento ou proventos para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e a vantagem pessoal por estabilidade econômica incorporam-se ao vencimento ou aos proventos, nos casos e condições indicados em lei.

Art.62 - As vantagens pecuniárias não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de qualquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I
Das Indenizações

Art.63 - Constituem indenizações ao servidor:

- I - ajuda de custo;
- II - diárias;
- III - transporte.

§ único - Os valores das indenizações e as condições para sua concessão serão estabelecidos em regulamento.

Subseção I
Da Ajuda de Custo

Art.64 - A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova

sede, com mudança de domicílio, ou que se deslocar a serviço ou por motivo de estudo, no país ou para o exterior.

§ 1º - Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família.

§ 2º - É assegurado aos dependentes do servidor que falecer na nova sede, ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do óbito.

Art.65 - A ajuda de custo não poderá exceder a importância correspondente a 15 (quinze) vezes o valor do menor vencimento pago pela Administração Pública do Estado.

§ único - Excetuam-se da regra do caput deste artigo a hipótese de missão ou estudo no exterior, competindo a sua fixação ao Chefe do respectivo Poder.

Art.66 - Não será concedida ajuda de custo:

- I - ao servidor que se afastar da sede ou a ela retornar, em virtude de mandato eletivo;
- II - ao servidor que for afastado para servir em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, de outros Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - ao servidor que for removido a pedido;
- IV - a um dos cônjuges, sendo ambos servidores estaduais, quando o outro tiver direito à ajuda de custo pela mesma mudança de sede.

Art.67 - O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo previsto no § 1º do artigo 21.

§ único - Não haverá obrigação de restituir a ajuda de custo nos casos de exoneração de ofício ou de retorno por motivo de doença comprovada.

Subseção II
Das Diárias

Art.68 - Ao servidor que se deslocar da sede em caráter eventual ou transitório, no interesse do serviço, serão concedidas, além de transporte, diárias para atender às despesas de alimentação e hospedagem.

§ único - Serão concedidas diárias, em ressarcimento das despesas de alimentação e hospedagem, ao servidor ou colaborador eventual que acompanhar servidor com deficiência em deslocamento a serviço, na forma do regulamento. (parágrafo acrescido pela Lei nº 12.908/2013)

Art.69 - Não será concedida diária quando o deslocamento do servidor implicar desligamento de sua sede.



Art.70 - O total de diárias atribuídas ao servidor não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias por ano, salvo em casos especiais expressamente autorizados pelo Chefe do Poder ou dirigente superior de entidades.

Art.71 - O servidor que receber diária e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restitui-las integralmente e de uma só vez, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ único - Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto neste artigo.

Subseção III
Da Indenização de transporte

Art.72 - Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, na sede ou fora dela, no interesse da administração, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Seção II
Dos Auxílios Pecuniários

Art.73 - Serão concedidos aos servidores os seguintes auxílios pecuniários:

- I - auxílio-moradia;
- II - auxílio-transporte;
- III - auxílio-alimentação.

Subseção I
Do Auxílio-moradia

Art.74 - O servidor, quando deslocado de ofício de sua sede, em caráter temporário, no interesse da administração, fará jus a auxílio para moradia, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

§ 1º - O auxílio-moradia é devido a partir da data do exercício na nova sede, em valor nunca inferior a 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo permanente, até o prazo máximo de 02 (dois) anos.

§ 2º - O auxílio-moradia não será concedido, ou será suspenso, quando o servidor ocupar prédio público.

Subseção II
Do Auxílio-Transporte

Art.75 - O auxílio-transporte será devido ao servidor ativo, nos deslocamentos da residência para o trabalho e vice-versa, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

§ único - A participação do servidor não poderá exceder a 6% (seis por cento) do vencimento básico. (artigo teve sua redação alterada pela Lei nº 7023/97)

Subseção III
Do Auxílio-alimentação

Art.76 - O auxílio-alimentação será devido ao servidor ativo, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Seção III
Das Gratificações

Art.77 - Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidas ao servidor, as seguintes gratificações:

- I - pelo exercício de cargo de provimento temporário;
- II - natalina;
- III - adicional por tempo de serviço;
- IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- V - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- VI - adicional noturno;
- VII - outras gratificações ou adicionais previstos em lei.

Subseção I
Da Gratificação pelo Exercício de Cargo de Provimento Temporário

Art.78 - O servidor investido em cargo de provimento permanente terá direito a perceber, pelo exercício do cargo de provimento temporário, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor correspondente ao símbolo respectivo ou optar pelo valor integral do símbolo, que neste caso, será pago como vencimento básico enquanto durar a investidura ou ainda pela diferença entre este e a retribuição do cargo seu efetivo.

Obs.:Este artigo tem sua redação dada pela Lei nº 6.812/95.

§ único - O servidor substituto perceberá, a partir do 10º (décimo) dia consecutivo, a remuneração do cargo do substituído, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, sendo-lhe facultado exercer qualquer das opções previstas neste artigo, assegurada a contagem do tempo de serviço respectivo para efeito de estabilidade econômica.

Subseção II
Da Gratificação Natalina

Art.79 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor ativo fizer jus, no mês do exercício, no respectivo ano.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

§ 2º - Ao servidor inativo será paga igual gratificação em valor equivalente aos respectivos proventos.

§ 3º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.



Art.80 - Fica assegurado o adiantamento da gratificação natalina, que será pago no mês do aniversário do servidor, independente da sua prévia manifestação, não podendo a importância correspondente exceder à metade da remuneração por este percebida no mês. (O caput deste artigo tem sua redação dada pela Lei nº 8.579, de 06.03.2003)

§ único - O pagamento do adiantamento de que trata este artigo, poderá se dar no ensejo das férias ou no mês em que o funcionalismo em geral o perceba, desde que haja opção expressa do beneficiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do mês do seu aniversário. (parágrafo foi acrescentado pela Lei nº 8.579, de 06.03.2003)

Art.81 - A gratificação natalina estende-se aos ocupantes de cargo de provimento temporário.

Art.82 - O servidor ocupante de cargo permanente ou temporário, quando exonerado ou demitido, perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração ou demissão.

§ único - Na hipótese de ter havido adiantamento em valor superior ao devido no mês da exoneração ou demissão, o excesso será devolvido, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem devolução, será o débito inscrito em dívida ativa.

Art.83 - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer parcela remuneratória.

Subseção III
Do Adicional por Tempo de Serviço

Art.84 - O servidor com mais de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público terá direito por anuênio, contínuo ou não, à percepção de adicional calculado à razão de 1% (um por cento) sobre o valor do vencimento básico do cargo de que seja ocupante.

§ 1º - Para efeito do adicional, considera-se de efetivo exercício o tempo de serviço prestado, sob qualquer regime de trabalho, na Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 2º - Para cálculo do adicional, não serão computadas qualquer parcelas pecuniárias, ainda que incorporadas ao vencimento para outros efeitos legais, exceto se já houver outra definição de vencimento prevista em lei.

§ 3º - O servidor beneficiado pela estabilidade econômica na forma do art. 92 desta Lei, terá o adicional de tempo de serviço a que faça jus calculado sobre o valor do símbolo do cargo em que tenha se estabilizado, quando for este superior ao vencimento do cargo permanente que ocupe. (§ 3º foi acrescentado pela Lei nº 6.812/95)

Art.85 - o adicional será devido a partir do mês em que o servidor completar o anuênio.

Subseção IV
Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas

Art.86 - Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo permanente.

§ 1º - Os direitos aos adicionais de que trata este artigo cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a concessão.

Obs.: Antigo parágrafo único renumerado para § 1º pela Lei nº 8.725, de 07.08.2003, que acrescentou o seguintes § 2º:

§ 2º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles.

Art.87 - Haverá permanente controle da atividade do servidor em operações ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos.

§ único - A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art.88 - Na concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas serão observadas as situações previstas em legislação específica.

Art.89 - O adicional de atividades penosas será devido ao servidor pelo exercício em localidade cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Subseção V
Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art.90 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, salvo em situações especiais definidas em regulamento.

§ único - Somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser elevado este limite nas atividades que não comportem interrupção, consoante se dispuser em regulamento.

Obs: este parágrafo foi alterado pela Lei nº 7.023/97



Subseção VI
De Adicional Noturno

Art.91 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50% (cinquenta por cento).

§ único - Tratando-se de serviço extraordinário, o acréscimo a que se refere este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no artigo anterior.

Seção IV
Da Estabilidade Econômica

Art.92 - Ao servidor que tiver exercido por 10 (dez) anos, contínuos ou não, cargo de provimento temporário ou mandato eletivo estadual, é assegurada estabilidade econômica, consistente no direito de continuar a perceber, no caso de exoneração, dispensa ou término de mandato, como vantagem pessoal, retribuição equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do símbolo ou do subsídio correspondente ao cargo de maior hierarquia ou mandato que tenha exercido por mais de 2 (dois) anos, ou a diferença entre o valor deste e o vencimento do cargo de provimento permanente.

Obs.:redação dada pela Lei nº 11.629/2009.

§ 1º - O tempo de exercício em cargos em comissão ou funções de confiança, para efeito de reconhecimento do direito à estabilidade econômica, que se constitui com a exoneração ou dispensa do cargo de provimento temporário, fixando-se neste momento seu correspondente valor, somente poderá ser computado em um vínculo funcional efetivo, vedado o seu fracionamento para aquisição do mesmo benefício em outro vínculo de igual natureza que porventura o servidor esteja investido.

Obs.:Este § 1º tem sua redação dada pela Lei nº 8.725/2003.

§ 2º - A vantagem pessoal por estabilidade econômica será reajustada sempre que houver modificação no valor do símbolo em que foi fixada, observando-se as correlações e transformações estabelecidas em lei.

§ 3º - O servidor beneficiado pela estabilidade econômica que vier a ocupar outro cargo de provimento temporário deverá optar, enquanto perdurar esta situação, entre a vantagem pessoal já adquirida e o valor da gratificação pertinente ao exercício do novo cargo.

§ 4º - O servidor beneficiado pela estabilidade econômica que vier a ocupar, por mais de 02 (dois) anos, outro cargo de provimento temporário, poderá obter a modificação do valor da vantagem pessoal, passando esta a ser calculada com base no valor do símbolo correspondente ao novo cargo.

§ 5º - O valor da estabilidade econômica não servirá de base para cálculo de qualquer outra parcela remuneratória.

§ 6º - Para os efeitos deste artigo será computado o tempo de:

- a) exercício de cargo em comissão, direção, chefia e assessoramento superior e intermediário na administração direta, nas autarquias e nas fundações;
- b) exercício de funções de confiança formalmente instituídas nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista.

§ 7º - A incorporação da vantagem pessoal, nas hipóteses do parágrafo anterior, será calculada e fixada com base no valor do símbolo correspondente ao cargo de provimento temporário da administração direta, da autarquia ou da fundação, onde seja o servidor lotado, que mais se aproxime do percebido pelo mesmo, não podendo exceder o valor do símbolo correspondente ao cargo de maior hierarquia.

§ 8º - A concessão de estabilidade econômica, com utilização de tempo de serviço prestado na forma da alínea “b” do § 6º deste artigo, só poderá ocorrer findo o prazo do estágio probatório.

Capítulo III
Das Férias

Art.93 - O servidor gozará, obrigatoriamente, férias anuais, que podem ser acumuladas, no caso de necessidade do serviço, até o máximo de 02 (dois) períodos, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - O servidor terá direito a férias após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, na seguinte proporção:

- I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver tido mais de 05 (cinco) faltas;
- II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
- III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;
- IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 2º - As férias serão gozadas de acordo com a escala organizada pela unidade administrativa competente.



§ 3º - As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) etapas, desde que sejam assim requeridas pelo servidor, e sempre no interesse da administração pública, hipótese em que o pagamento dos acréscimos pecuniários será efetuado quando do afastamento do servidor para o gozo do primeiro período.

Obs.: Este § 3º foi acrescentado pela Lei nº 9.003, de 30 de janeiro de 2.004.

Art.94 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um acréscimo de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de gozo.

Art.95 - É facultado ao servidor converter até 1/3 (um terço) do período de férias, a que tiver direito, em abono pecuniário, desde que a requeira com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Obs: redação dada pela lei nº 10.962/2008/2008 que também acresceu o § 1º e 2º.

§ 1º - Ficarão a critério da Administração Pública a concessão da vantagem e a fixação do período a ser convertido, observado o limite do requerimento.

§ 2º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do acréscimo de férias previsto no art. 94.

Art.96 - O pagamento do acréscimo previsto no artigo 94 e, quando for o caso, do abono previsto no artigo anterior, serão efetuados no mês anterior ao início das férias.

Art.97 - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral e, ainda, por motivo de superior interesse público, mediante ato fundamentado.

Capítulo IV
Das Licenças

Seção I
Disposições Gerais

Art.98 - Conceder-se-á licença ao servidor, além das previstas nos incisos IV, V e VI do artigo 120:

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- III - para prestar o serviço militar obrigatório;
- IV - para concorrer a mandato eletivo e exercê-lo;
- V - prêmio por assiduidade;
- VI - para tratar de interesse particular;

VII - para o servidor-atleta participar de competição oficial.

§ 1º - O servidor não poderá permanecer em licença por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II, III e IV.

§ 2º - Ao ocupante de cargo de provimento temporário, não titular de cargo de provimento permanente, somente serão concedidas as licenças previstas nos incisos IV, V e VI do artigo 120.

Art.99 - A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Seção II
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art.100 -Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, do padrasto ou madrasta, dos filhos, dos enteados, de menor sob guarda ou tutela, dos avós e dos irmãos menores ou incapazes, mediante prévia comprovação por médico ou junta médica oficial.

§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença.

Art.101 -A licença de que trata o artigo anterior será concedida:

- I - com remuneração integral, até 03 (três) meses;
- II - com 2/3 (dois terços) da remuneração, quando exceder a 03 (três) e não ultrapassar 06 (seis) meses;
- III - com 1/3 (um terço) da remuneração, quando exceder a 06 (seis) e não ultrapassar 12 (doze) meses.

Seção III
Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art.102 -Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor público estadual, que for deslocado para outro ponto do Estado ou do país, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.



- § 1º - A licença prevista no caput deste artigo será sem remuneração.
- § 2º - Ocorrendo o deslocamento no território estadual, o servidor poderá ser lotado, provisoriamente, em repartição da administração estadual direta, autárquica ou funcional, desde que para exercício de atividade compatível com seu cargo.

Seção IV
Da Licença para Prestar
o Serviço Militar Obrigatório

- Art.103 -Ao servidor convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença, sem remuneração, na forma e nas condições previstas na legislação específica.
- § único - Concluído o serviço militar obrigatório, o servidor terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício do cargo.

Seção V
Da Licença para Concorrer
a Mandato Eletivo e Exercê-lo

- Art.104 - O servidor se licenciará para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral.
- Art.105 - Eleito, o servidor ficará afastado do exercício do cargo a partir da posse.
- Art.106 -Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:
 - I - tratando-se de mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
 - II - tratando-se de mandato de vereador:
 - a) havendo compatibilidade de horários, perceberá a remuneração de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
 - b) não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- § 1º - No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.
- § 2º - O servidor investido em mandato eletivo não poderá ser relotado ou removido de ofício para localidade diversa onde exerce o mandato.

Seção VI
Da Licença Prêmio por Assiduidade

- Art.107 -O servidor terá direito à licença-prêmio de 03 (três) meses em cada período de 05 (cinco) anos de exercício efetivo e ininterrupto, sem prejuízo da remuneração.
- § único - Revogado pela Emenda Constitucional nº 07/99.
 - Obs.: O texto dizia: “Para efeito de licença-prêmio, considera-se de efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor na Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, independentemente do regime de trabalho.”
- Art.108 - Não se concederá licença-prêmio a servidor que, no período aquisitivo:
 - I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
 - II - afastar-se do cargo em virtude de :
 - a) licença para tratamento de saúde em pessoa da família;
 - b) licença para tratar de interesse particular;
 - c) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
 - d) afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.
 - III - faltar injustificadamente ao serviço por mais de 15 (quinze) dias por ano ou 45 (quarenta e cinco) por quinquênio.
- Art.109 -O direito de requerer licença-prêmio não prescreve, nem está sujeito a caducidade.
- Art.110 -O servidor que estiver em regime de acumulação, nas hipóteses previstas na Constituição, terá direito a licença-prêmio correspondente a ambos os cargos, contando-se, porém, separadamente, o tempo de serviço em relação a cada um deles.

Seção VII
Da Licença Para Tratar De Interesse Particular

- Art.111 - A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período.
 - Obs: este artigo foi alterado pela Lei nº 7.023/97.
- § 1º - O servidor deverá aguardar em serviço a concessão da licença.



- § 2º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por motivo de interesse público, mediante ato fundamentado.
- § 3º - Não será concedida nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior, salvo para completar o período de que trata este artigo.
- § 4º - Não será concedida licença a servidor nomeado, removido ou relotado, antes de completar 02 (dois) anos do correspondente exercício.

Seção VIII
Da Licença Para o Servidor Atleta Participar de Competição Oficial

Art.112 - Será concedida licença ao servidor-atleta selecionado para representar o Estado ou o País, durante o período da competição oficial, sem prejuízo de remuneração.

Capítulo V
Das Concessões

- Art.113 - Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:
- I - por 01 (um) dia, para doação de sangue;
 - II - por 02 (dois) dias, para alistamento eleitoral;
 - III - por 08 (oito) dias consecutivos, por motivo de:
 - a) casamento;
 - b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, padrasto ou madrasta, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, desde que comprovados com atestado de óbito.
 - IV - até 15 (quinze) dias, por período de trânsito, compreendido como o tempo gasto pelo servidor que mudar de sede, contados da data do deslocamento.
- Art.114 - Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade do horário escolar com o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.
- § único - Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.
- Art.115 - Ao servidor-estudante que mudar de sede em virtude de interesse da administração, é assegurado, na localidade da nova residência ou mais próxima, matrícula em instituição oficial estadual de ensino, em qualquer época, independentemente de vaga, na forma e condições estabelecidas em legislação específica.

- § único - O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos e enteados do servidor que vivam na sua companhia, assim como aos menores sob sua guarda ou tutela, com autorização judicial.

Capítulo VI
Do Tempo de Serviço

A contagem do tempo em que o funcionário público exercer suas funções é muito importante, pois tal cálculo será considerado para efeitos de estabilidade (mais de 3 anos), de aposentadoria (em regra, aos 35 anos de *tempo de contribuição*), para as concessões (*licenças, licença-prêmio, férias, etc*), para disponibilidade, etc.

Por isso tal cálculo deve ser feito direitinho, com muito cuidado e sobretudo critério, a fim de que o funcionário não fique prejudicado. Sabemos que todo funcionário se afasta de seu trabalho, às vezes ilegalmente (faltando), outras vezes em situação autorizada pela lei (*férias, casamento, luto, júri, serviço militar, etc*). O que se disciplina aqui é exatamente quais tempos são computados integralmente, quais só são computados parcialmente. Isso mesmo: há alguns afastamentos que são autorizados, mas seu cômputo só é feito parcialmente, ou seja, para efeitos de aposentadoria. Confira no Estatuto:

Atenção: o *tempo de serviço* tem sua importância no plano administrativo, porém, no plano *previdenciário* já não mais terá importância, porquanto o novo sistema previdenciário, instaurado pela *Reforma da Previdência* (Emenda Constitucional nº 20/98), tem caráter *contributivo*, e, doravante, o tempo para a aposentadoria só será contado em função das contribuições pagas, ou seja, “*tempo de contribuição*” e não mais tempo de serviço.

Mas, para que o *velho* servidor não perca seu *tempo de serviço* apostilado, e quase toda uma vida de trabalho, o art.4º da EC nº 20/98 estabelece que “*Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição*”.

Assim, daqui p’ra frente não mais haverá tempo fictício (tempo dobrado de licença-prêmio não gozada; tempo de licença se vencimentos para estudo no exterior ou mandato eletivo, etc), proibido pelo § 10 do art.40/CF, mas todo tempo já *apostilado* será convertido em “*tempo de contribuição*”, preservando-se, portanto, o ato jurídico perfeito e o direito adquirido. Não será feita, portanto, nenhuma *recontagem* para consideração exclusiva do tempo de contribuição.

Art.116 - É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público estadual.

Nada mais justo: afinal, se o servidor já prestou serviço ao Estado em qualquer outro cargo ou emprego, não poderia perder aquele tempo. Vale o mesmo se o



Obs.: A Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, alterando o artigo 40-§9º da Constituição Federal, determinou que “o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade” — assim, há necessidade de modificar este inciso I, adaptando-o a nova legislação.

II - a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

III - a licença para concorrer a mandato eletivo;

IV - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público estadual;

V - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;

VI - até 10 (dez) anos do tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social, desde que um de cênio, pelo menos no serviço público estadual, ressalvada a legislação federal regulamentadora da matéria.

§ 1º - Computar-se-ão ainda, em dobro, para efeito de aposentadoria, como de efetivo exercício, os períodos de licença-prêmio não gozados.

§ 2º - O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado com quaisquer acréscimos ou em dobro, salvo se houver dispositivo correspondente na legislação estadual.

§ 3º - O tempo em que o servidor esteve aposentado ou em disponibilidade, na hipótese de reversão prevista no \artigo 34 e na hipótese de verificação de erro da Administração, que torne insubsistente o ato de aposentadoria, bem como no caso de aproveitamento previsto no artigo 38, será contado para o efeito de nova aposentadoria e para o de disponibilidade, respectivamente.

Obs: este § foi alterado pela Lei nº7.023/97.

§ 4º - O tempo de serviço, a que se refere o inciso II do artigo 118 e os incisos I e IV deste artigo, será computado à vista de comunicação de frequência ou de certidão expedida pela autoridade competente.

§ 5º - É vedada a contagem cumulativa ou recíproca de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, função ou emprego em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, das autarquias, das fundações públicas, das sociedades de economia mista e das empresas públicas.

Capítulo VII
Dos Benefícios

Art.120 - São benefícios do servidor, além dos previstos na legislação de previdência e assistência estadual:

- I - aposentadoria;
- II - auxílio-natalidade;
- III - salário-família;
- IV - licença para tratamento de saúde;
- V - licença à gestante, à adotante e paternidade;
- VI - licença por acidente em serviço.

Seção I
Da Aposentadoria

Art.121 - O servidor público será aposentado:

- I - por invalidez permanente com proventos integrais, quando motivada por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e, com proventos proporcionais, nos demais casos;
- II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III- voluntariamente.

Subseção I
Da Aposentadoria por Invalidez Permanente

Art.122 - Será aposentado por invalidez permanente o servidor que, estando em gozo de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço, for considerado definitivamente incapacitado para o serviço público, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art.123 - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ único - A concessão da aposentadoria dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica oficial do Estado e produzirá efeitos a partir da data da publicação do ato concessório.

Art.124 - Em caso de doença grave que necessite de afastamento compulsório, a aposentadoria por invalidez permanente dependerá de licença para tratamento de saúde, desde que o requerimento seja embasado em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial do Estado.

§ único - Consideram-se doenças graves que requerem afastamento compulsório, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), esclerose múltipla, contaminação por radiação e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

Art.125 - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos integrais, quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas por junta médica oficial do Estado, e, proporcionais, nos demais casos.



Subseção II
Da Aposentadoria Compulsória

Art.126 - O servidor será aposentado compulsoriamente ao completar 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ único - O servidor se afastará, imediata e obrigatoriamente, no dia subsequente ao que completar 70 (setenta) anos de idade.

Subseção III
Da Aposentadoria Voluntária

Art.127 - O servidor poderá ser aposentado voluntariamente:

I - aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

II - aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor e aos 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

III - aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a este tempo;

IV - aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ único - O tempo de serviço em atividade comum, exercido alternadamente com atividade enquadrada no inciso II deste artigo, será somado, após a respectiva conversão, segundo critérios de equivalência estabelecidos em regulamento, para efeito de aposentadoria.

Obs.: Este parágrafo foi acrescentado pela Lei nº 7.188/97.

Subseção IV
Da Aposentadoria em Cargo de Provimto Temporário

Art.128 - A aposentadoria garantida pelos §§ parágrafos 4º e 6º do artigo 42 da Constituição do Estado ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional, que tiver exercido exclusivamente cargo de provimento temporário, no qual esteja investido, será concedida:

I - aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço público estadual, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

II - aos 30 (trinta) anos de serviço público estadual, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

Obs: o art.128 foi alterado pela lei nº7.023/97

Art.129 - Os proventos da aposentadoria em cargo de provimento temporário serão fixados com base no valor do símbolo correspondente ao cargo exercido pelo servidor, continuamente, nos 02 (dois) últimos anos imediatamente anteriores à data do ato concessório da aposentadoria.

§ único - Na hipótese de o servidor ter exercido mais de um cargo de provimento temporário de símbolos diferentes, nos 02 (dois) últimos anos imediatamente anteriores à data do ato concessório da aposentadoria, os proventos respectivos serão fixados de acordo com a média do valor dos símbolos dos últimos 04 (quatro) anos, considerados os valores respectivos na data da aposentação.

Subseção V
Das Disposições Gerais sobre Aposentadoria

Art.130 - A aposentadoria voluntária com proventos integrais ou proporcionais, produzirá efeitos a partir da data de publicação do ato concessório, ressalvada a hipótese do parágrafo único, caso em que seus efeitos retroagem à data do afastamento.

§ único - O servidor, após comprovado o tempo de serviço, poderá se afastar de suas funções, na hipótese de aposentadoria com proventos integrais, se assim o requerer, computando-se o tempo de serviço respectivo, para todos os efeitos, até a data do afastamento.

Art.131 - É vedada a percepção cumulativa de aposentadorias concedidas pelo poder público ou por qualquer instituição oficial de previdência.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, o pagamento da aposentadoria será suspenso, ficando o interessado obrigado a devolver as importâncias indevidamente recebidas, atualizadas, a partir da percepção cumulativa, sem prejuízos de outras sanções previstas em lei.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadorias decorrentes da acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originárias de contribuição à instituição oficial, como autônomo, ou de relação empregatícia com entidade não oficial, que não tenham sido computadas.

Art.132 - Os proventos da aposentadoria em cargo de provimento permanente serão fixados com base no respectivo vencimento, não podendo exceder o limite estabelecido no artigo 54.

§ 1º - Incluem-se, na fixação dos proventos integrais ou proporcionais, as gratificações e vantagens percebidas por 5 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) interpolados, calculados pela média percentual dos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês civil em que for protocolado o pedido de aposentadoria ou àquele em que for adquirido o direito à aposentação, salvo disposição prevista em legislação específica.

Obs: este § foi modificado pela Lei nº 7.023/97

§ 2º - Na aposentadoria por invalidez permanente, as gratificações e vantagens incorporam-se aos proventos, independentemente do tempo de percepção.

§ 3º - Os proventos da aposentadoria serão calculados com observância do disposto no artigo 53 e revistos nas mesmas proporções e data em que se modificar a remuneração dos servidores ativos, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos posteriormente aos servidores em atividade; inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 4º - Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, somam-se indistintamente os períodos de percepção:

I - do adicional de função e das gratificações pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva e por condições especiais de trabalho;

II - dos adicionais de periculosidade e insalubridade e da gratificação por condições especiais de trabalho, esta última quando concedida com o objetivo de compensar o exercício funcional nas condições referidas.

Obs: este parágrafo foi acrescido pela Lei nº 7.023/97

Art.133 - Os proventos da aposentadoria não poderão ser inferiores a 1/3 (um terço) da remuneração da atividade, respeitado o menor vencimento do Estado.

Art.134 - Revogado.

Art.135 - As vantagens da aposentadoria por mais de 30 (trinta) anos de serviço, se mulher, ou 35 (trinta e cinco), se homem, prestados exclusivamente no serviço público estadual, abrangerão as do cargo de provimento temporário, se o servidor, na data do ato concessório da aposentadoria, neste estiver investido e contar com mais de 15 (quinze) anos de exercício.



Obs.: O Sistema Previdenciário do servidor público — inclusive o estadual — foi profundamente modificado pelas Emendas Constitucionais nºs 20/98 e 41/03 chamadas de “*Reforma da Previdência*” — e assim, ficaram alteradas as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos da Bahia, a Constituição Estadual e todas as demais leis baianas — que disponham diferentemente do novo texto constitucional federal, pela óbvia razão de que o texto da Constituição Federal é hierarquicamente superior e, por isso, prevalecem sobre todas as demais normas. Confira as novas disposições constitucionais relativas à aposentadoria:

Art.40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito: ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 - O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.



§ 17 -	Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.	III -	filho estudante, desde que não exerça atividade remunerada, até a idade de 24 (vinte e quatro) anos;
§ 18 -	Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	IV -	cônjuge inválido, que seja comprovadamente incapaz, mediante inspeção médica feita pelo órgão competente do Estado, e que não perceba remuneração.
§ 19 -	O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.	§ único -	Estende-se o benefício deste artigo aos enteados ou tutelados e aos menores que, mediante autorização judicial, estejam submetidos à guarda do servidor.
§ 20 -	Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.	Art.138 -	O salário-família corresponderá a 7% (sete por cento) do menor nível da escala de vencimentos do servidor público estadual.
§ 21 -	A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.	§ único -	Quando se tratar de dependente inválido ou excepcional, o salário-família será pago em dobro.
.....			
Seção II			
Do Auxílio-natalidade			
Art.136 -	O auxílio-natalidade é devido ao servidor por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto, no valor equivalente ao do menor nível da escala de vencimentos do servidor público estadual.	Art.139 -	quando pai e mãe forem servidores estaduais e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles e, quando separados, será pago àquele que tiver a guarda do dependente.
§ 1º -	Na hipótese de parto múltiplo, o valor será pago por nascituro.	Art.140 -	Não será percebido o salário-família nos casos em que o servidor deixar de receber o respectivo vencimento ou os proventos.
§ 2º -	O benefício referido neste artigo é inacumulável quando os pais forem servidores públicos do Estado.	§ único -	O disposto neste artigo não se aplica aos casos de suspensão, nem de licença por motivo de doença em pessoa da família.
Seção III			
Do Salário-Família			
Obs.:	A Emenda Constitucional nº 20/98 estabeleceu nova forma de pagamento do auxílio família: somente para os trabalhadores de <i>baixa renda</i> . Confira junto ao artigo 7º - XII da Constituição Federal -- direitos sociais -- a matéria estudada mais profundamente.	Art.141 -	O salário-família relativo a cada dependente será devido a partir do mês em que se comprovar o ato ou fato que lhe der origem e deixará de ser pago no mês seguinte ao ato ou fato que tiver determinado sua supressão.
Art.137 -	O salário-família será pago aos servidores ativos e inativos que tiverem os seguintes dependentes:	Art.142 -	O salário-família não poderá sofrer qualquer desconto nem ser objeto de transação, consignação em folha de pagamento, arresto ou penhora, não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição.
I -	filho menor de 18 (dezoito) anos;	Art.143 -	Será suspenso o pagamento do salário-família ao servidor que, comprovadamente, descuidar da subsistência e da educação dos dependentes.
II -	filho inválido ou excepcional de qualquer idade, desde que devidamente comprovada sua incapacidade mediante inspeção médica pelo órgão competente do Estado;	§ 1º -	O pagamento voltará a ser feito ao servidor se desaparecerem os motivos determinantes da suspensão.
		§ 2º -	Mediante autorização judicial, a pessoa que estiver mantendo filho de servidor poderá receber salário família devido, enquanto durar tal situação.
		Art.144 -	Em caso de acumulação de cargos, o salário família será pago em razão de um deles.



Seção IV

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art.145 -Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, à pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

§ único - Findo o prazo estipulado no laudo médico, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício, salvo prorrogação pleiteada antes da conclusão da licença.

Art.146 -Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por junta médica oficial.

§ 1º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado.

§ 2º - Inexistindo médico oficial no local onde se encontrar o servidor, será aceito atestado fornecido por médico particular.

Art.147 -O servidor não poderá permanecer de licença para tratamento de saúde por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos ou interpolados se, entre as licenças, medear um espaço não superior a 60 (sessenta) dias, salvo se a interrupção decorrer apenas das licenças à gestantes, à adotante e da licença-paternidade.

Art.148 - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o servidor será submetido a nova inspeção médica e, se for considerado física ou mentalmente inapto para das funções de seu cargo, será readaptado ou aposentado conforme o caso.

Art.149 -Contar-se-á como de prorrogação o período compreendido entre o dia do término da licença e o do conhecimento, pelo interessado, do resultado de nova inspeção a que for submetido, se julgado apto para reassumir o exercício de suas funções ou ser readaptado.

Art.150 -O servidor será licenciado compulsoriamente, quando se verificar que é portador de uma das moléstias enumeradas no artigo 124 e que seu estado se tornou incompatível com o exercício das funções do cargo.

§ único - Verificada a cura clínica, o servidor voltará à atividade, ainda quando, a juízo de médico oficial, deva continuar o tratamento, desde que as funções sejam compatíveis com as suas condições orgânicas.

Art.151 -Para efeito da concessão de licença de ofício, o servidor é obrigado a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente para licenciar.

§ único - No caso de recusa injustificada, sujeitar-se-á à pena prevista em lei, considerando-se de ausência ao serviço os dias que excederam a essa penalidade, para fins de processo por abandono de cargo.

Art.152 - O servidor poderá desistir da licença desde que, mediante inspeção médica a seu pedido, seja julgado apto para o exercício.

Art.153 - A licença para tratamento de saúde será concedida sem prejuízo de remuneração, sendo vedado ao servidor o exercício de qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da licença, sem prejuízo da apuração da sua responsabilidade funcional.

Seção V

Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença-Paternidade

Art.154 - À servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. (Redação de acordo com a Lei nº 12.214, de 26 de maio de 2011)

§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início na data do parto.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame medico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso.

Art.155 -Pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art.156 -Para amamentar o próprio filho, até a idade de 06 (seis) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de meia hora.

Art.157 - À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 01 (um) ano de idade, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença, para ajustamento do menor, a contar da data em que este chegar ao novo lar. (Redação de acordo com a Lei nº 12.214, de 26 de maio de 2011)



§ único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de até 01 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

Art.158 -As licenças de que tratam esta Seção serão concedidas sem prejuízo da remuneração.

Seção VI
Da Licença por Acidente em Serviço

Art.159 -Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art.160 -Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Art.161 -Equipara-se a acidente em serviço, para efeitos desta lei:

- I - o fato ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do servidor, para redução ou perda da sua capacidade para o serviço ou produzido lesão que exija atenção médica na sua recuperação;
- II - o dano sofrido pelo servidor no local e no horário do serviço, em consequência de:
 - a) ato de agressão ou sabotagem praticado por terceiro ou por outro servidor;
 - b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionado com o serviço e que não constitua falta disciplinar do servidor beneficiário;
 - c) ato de imprudência, negligência ou imperícia de terceiro ou de outro servidor;
 - d) desabamento, inundação, incêndio e casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício de sua atividade;
- IV - o dano sofrido em viagem a serviço da administração, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor, desde que autorizado pela sua chefia imediata.

§ único - Não é considerada a gravação ou complicação de acidente em serviço a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Art.162 -O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, recomendado por junta médica oficial, poderá ser atendido por instituição privada, á conta de recursos do Tesouro, desde que inexistam meios adequados ao atendimento por instituição pública.

Capítulo VIII
Do Direito de Petição

Art.163 -É assegurado ao servidor o direito de requerer ou representar, pedir, reconsider e recorrer.

Art.164 -O requerimento será dirigido à autoridade competente.

Art.165 - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ único - O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser decididos no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.166 -Caberá recurso se o pedido de reconsideração for indeferido ou não decidido.

§ único - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades, considerado o chefe do Poder ou o dirigente máximo da entidade, a instância final.

Art.167 -O prazo para a interposição do pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta dias), a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art.168 -O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente, em despacho fundamentado.

§ único - Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art.169 -O direito de requerer prescreve em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação funcional.

§ único - O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da ciência, pelo servidor, quando não for publicado.

Art.170 -O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, suspendem a prescrição, recomeçando a correr, pelo restante, no dia em que cessar a causa da suspensão.



Art.171 -A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art.172 -Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento na repartição do servidor, ressalvado o disposto na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art.173 - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo quando o servidor provar evento imprevisto, alheio à sua vontade, que o impediu de exercer o direito de petição.

Art.174 -A administração deverá rever seus atos a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Título IV

Do Regime Disciplinar

Capítulo I

Dos Deveres

Embora sejam deveres impostos genericamente a todos os Funcionários Públicos do Estado da Bahia, naturalmente, estes **deveres** também se impõem aos **Serventuários da Justiça**. Confira:

Art.175 -São deveres do servidor:

I - **exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo:**

Esta é a primeira e fundamental exigência, que o novo ordenamento disciplinar faz a todo funcionário: *dedicação*. Funcionário "*dedicado*" é aquele que se empenha de "*corpo e alma*" na realização de suas tarefas e observância de seus deveres funcionais. É o que não mede sacrifícios e esforços para realizar sua função da melhor forma possível.

II - **ser leal às instituições a que servir;**

Ser leal quer dizer ser fiel, dedicar-se com sinceridade. O funcionário público deve empenhar-se para que a Instituição, onde estiver trabalhando, alcance seu objetivo de atender bem ao interesse público e merecer o respeito da população. Não se pode imaginar o funcionário fingindo trabalhar, ou procurando, por via indireta, frustrar a realização da finalidade de sua Instituição ou repartição administrativa, traindo-as.

III - **observar as normas legais e regulamentares;**

Lei é feita para ser cumprida. E ninguém mais que o funcionario público tem o dever de observá-las, isto é, cumpri-las, até para dar o exemplo a todos. Seria intolerável que os particulares procurassem uma repartição pública, para satisfazer um direito ou uma pretensão, e se vissem vítimas de ilegalidades cometidas pelos próprios funcionários públicos, que devem dar o exemplo

da fiel observância e submissão à lei e normas regulamentares. Repartição pública não é para realizar caprichos de funcionários: suas atividades são estritamente pautadas na lei.

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quanto manifestamente ilegais;

A hierarquia é um instrumento importante na organização administrativa. Hierarquia pressupõe chefias e subordinações. O funcionário subordinado tem por dever cumprir às ordens de seus chefes (superiores).

Claro que o funcionário não pode ser um joguete nas mãos do chefe. Seu dever de obediência não é um dever cego. Se a ordem da Chefia é manifestamente, ou seja, notoriamente ilegal, então o funcionário deverá recusar-se a cumpri-la. Há que se tomar cuidado: não deve o funcionário viver discutindo sutis questionamentos da legalidade das ordens. Sua liberdade para desobedecer é restrita à ordem superior de notória ilegalidade. Se há uma simples dúvida sobre a legalidade, não pode o funcionário recusar a cumprir a ordem: deverá obedecer.

V - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

"*Presteza*" significa com rapidez e desembaraço, ou seja, o funcionário não ficar "*enrolando*", criando embaraços ou dificuldades. Afinal o fornecimento de informações e de certidões é um dos mais importantes dos serviços públicos. Além disso é um direito constitucional de todo indivíduo. Funcionário que "*cria dificuldades*" está sempre insinuando que quer "*vender facilidades*", ou seja, tem contra si uma suspeita de desonestidade, que macula (mancha) todos os demais funcionários públicos e o próprio respeito da administração pública.

Não é demais lembrar que atender ao povo (em geral) é a essência da própria existência da Administração Pública. Se não for para atender bem ao público, nem haveria porque termos a Administração Pública. E porque não lembrar, também, que é do dinheiro do povo que o funcionário recebe seu vencimentos (salários)?.

As *requisições* são **exigências** de documentos ou informações, que a Fazenda Pública fará, porque deles precisará para embasar alguma ação judicial ou resposta a alguma ação judicial promovida contra a Prefeitura. Como para agir em juízo há prazos, que não podem ser perdidos, o funcionário deve agir com a maior presteza,



farmácia da esquina comprar remédio) o funcionário precisará de autorização de seu chefe. Assim, os chefes controlarão a presença de seus funcionários na repartição, assegurando o bom atendimento ao público.

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

Nas repartições públicas há tanto objetos [materiais] quanto documentos. Lá deverão permanecer e não poderão ser retirados. Para o funcionário público, eventualmente, os retirar, deverá ter autorização da Chefia respectiva. Se os retirar, seja o documento, sejam os materiais, incorrerá em falta grave e poderá ser punido, já que esta conduta é proibida a todo funcionário público.

Claro que nas saídas das repartições públicas não há "revista" dos funcionarios. Mas se for descoberto que o funcionário retirou documentos ou objetos da repartição, responderá ele pela infração administrativa e, até por crime, conforme o caso.

III - **recusar fé a documento público;**

Documento público tem "*fça*", ou seja, deve ser reconhecido como válido. Ninguém pode recusar um documento público, alegando que o que está nele escrito não é verdadeiro. Se para o povo em geral o que está escrito num documento público é "*lei*", ou seja, é a verdade, muito mais deverá sê-lo para os funcionários públicos.

Funcionário público "*metido a besta*", que quiser contestar um documento público, não o aceitando ou dizendo que seu conteúdo não é verdadeiro, será punido: *advertência-escrita*.

IV - opor resistência injustificada à tramitação de processo ou exceção do serviço;

É o fim da "cera", ou da "operação tartaruga". O que a população mais reclama do serviço público é sua morosidade, a lentidão com que o funcionário trabalha, criando resistência (dificuldades) para que as coisas não andem no ritmo devido. E não se diga que a proibição refere-se apenas à "resistência" ativa, ou seja, o funcionário fazer alguma coisa para impedir que o serviço seja prestado, ou que documentos, processo ou o serviço "ande".

A resistência também pode ser omissiva (cera): ex. o funcionário que deixa o processo na mesa, ao invés de levá-lo para despacho, ou que deixa (se omite) de lançar alguma anotação, sem a qual o processo (ou documento) fica parado. Nada mais sadio para a administração e para o público: *cera* agora é proibido e o funcionário será punido.

V - **promover manifestação de apoio ou desaproço, no recinto da repartição;**

Este dispositivo proíbe o funcionário de promover

manifestações de apreço ou de despreço e, extensivamente, até de fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto do local de trabalho. Sabidamente, pessoas sucumbem às vicissitudes da vida, ou seja, todas sofrem os infortúnios da sorte, seja profissionalmente, seja pessoalmente, seja socialmente. Imagine que um funcionário público corintiano tenha sido expulso do quadro associativo daquele Clube: ¿ seria justo que os funcionários corintianos daquela repartição fizesse uma reunião, para rasgar a bandeira do Corinthians, discursando e protestando contra a expulsão ???

Tal manifestação de apreço ao Colega e despreço à decisão do Clube, positivamente, é inteiramente impertinente na repartição pública. Outrossim, não são raras as manifestações de solidariedade, até com arrecadação de fundos materiais, para auxílio a eventuais infortúnios de amigos ou Colegas de Funcionalismo público.

As listas de donativos (conhecidas por "*ação entre amigos*") são variantes das manifestações de apreço. Justíssimo que as proíba a lei, para que as repartições públicas não se transformem em facas de caridade; se o funcionário quiser fazer caridade, que procure outro local, não misturando seus sentimentos com a prestação de serviços públicos.

Na repartição ele não tem o direito de pedir donativos a quem quer que seja, muito menos, se servir dessa função para obter vantagem que não seja de bem administrar o bem público.

Seria extremamente constrangedor para qualquer pessoa, comparecer a uma repartição para requerer uma certidão e se defrontar com o funcionário público (que expedirá a certidão) pedindo-lhe que contribua com dinheiro para algum amigo desafortunado: poucas pessoas se sentiriam à vontade para negar a contribuição, até temendo não ser bem atendido; noutras palavras, o próprio serviço público serviria de "*faca*", arma para "*quase- obrigar*" às contribuições de apreço.

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do poder público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;

A administração pública, para seu normal funcionamento e para a tranqüilidade de sua organização, é estruturada na hierarquia isto é, é composta de degraus, onde encontraremos funcionários cumprindo ordens de outros, os seus chefes.

Para que não haja confusão, nem para que a ordem seja invertida, ou seja, para que os subordinados não queiram ser superiores a seus chefes, todo funcionário público é proibido de fazer qualquer referência *depreciativa* (aquela que critica, diminui, mostra os erros ou a "burrice" dos chefes ou das ordens recebidas).



Mesmo que o funcionário não concorde com a forma de ser executado o serviço, deverá cumprir as ordens recebidas e deverá executar sua tarefa. Não é permitido ao funcionário formular críticas às autoridades constituídas (Prefeito, Governador, Juiz, Delegado, Promotor, Secretário de Estado, ou seus chefes).

Enfim, o funcionário não pode "*sair por aí com a boca no trombone*", falando mal de todo mundo, ou criticando.

Evidentemente, se o funcionário for pessoa de conhecimentos técnicos abalizados, nada impede que ele escreva seus artigos doutrinários (artigos tipo tese) e nesses artigos analisar os atos das autoridades constituídas, sob o aspecto da ciência ou mesmo quanto à organização e eficiência dos serviços públicos.

Nesses casos, porém, o funcionário público deverá assinar o artigo, para que eventual responsabilidade sua seja apurada, caso haja excesso.

VII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou da de seu subordinado;

O funcionário também é proibido de dar a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho ou encargo que lhe competir. Isto quer dizer o seguinte: que o funcionário não pode autorizar outra pessoa a desempenhar o serviço público que ele é obrigado a fazer; ele não pode delegar a sua função, muito menos constituir procurador para tal finalidade.

Ele é obrigado a fazer o serviço que por lei e regulamentos lhe for atribuído, sem nenhuma oportunidade de delegar a terceiros.

VIII- **constranger outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;**

O funcionário não poderá jamais coagir (intimidar, constranger) ou aliciar (seduzir, valendo-se da condição de Chefe) um outro funcionário seu subordinado, para obrigá-lo a se filiar em algum partido político, ou em alguma associação de classe, ou em sindicato.

O funcionário, por mais humilde que seja, deve ter sempre a sua consciência livre e preservada sua liberdade de escolha, de participar ou não de qualquer dessas entidades.

Seria odioso que alguém se valesse da condição de Chefia, para violentar a consciência do subordinado. Além disso, na repartição pública não é local de se fazer política, nem política partidária, nem política sindical, nem qualquer outra.

IX - manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

A lei nº 8.027 (12/06/90) não fazia qualquer exceção. Isso significava que a proibição se estendia desde para os cargos concursados até para os cargos em "*comissão*". Curiosamente, porém, o novo Estatuto é expresso: a proibição só se refere a "*cargo ou função de confiança*".

Isso mesmo ! A proibição **não** alcança os cargos públicos providos mediante concurso público, em caráter efetivo. É que a regra é **proibitiva** e as regras proibitivas, porque limitam direitos, devem sempre ser interpretadas **restritivamente**, ou seja, não podem ser estendidas além do que a lei, expressamente, disser. Por final, veja bem: o limite é *segundo grau*. Pode, pois, o sobrinho, o tio e daí para frente.

X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

O funcionário é proibido também de valer-se do cargo em proveito pessoal ou em detrimento da dignidade da função. o funcionário deve ter sempre uma conduta digna no exercício de sua função e não pode, evidentemente, servir-se do cargo para obter qualquer tipo de vantagem pessoal.

Essas vantagens podem ser diretas e indiretas. Mesmo aquelas que derivam normal da condição de funcionário público, o funcionário deve zelar ao máximo pela sua conduta, para que terceiros não sintam, não percebam que ele está obtendo qualquer proveito pessoal em sua função, porque se se caracterizar este proveito, ele estará violando o dispositivo, e estará sujeito a uma penalidade que vai desde repreensão até a dispensa do serviço público, conforme o grau de desobediência à lei imposta.

XI - transacionar com o Estado, quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio;

Exercer comércio é proibido ao funcionário e participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário. Este dispositivo é bastante claro nesta proibição, porque, em primeiro lugar, o funcionário não teria condições, nem tempo suficiente e necessário para gerenciar ou administrar uma empresa comercial (ou industrial), exercendo outra atividade fora da repartição pública, que lhe tomasse tempo.

Além do mais, exercendo o comércio, o funcionário poderia se prevalecer de sua condição de servidor público e expor aos embaraços dos interesses comerciais a própria dignidade e respeito da função pública.

Isso para não falar dos riscos de uma falência daquela empresa, refletindo na própria credibilidade do serviço público, à medida que o gerente incompetente (como o prova a falência) é também um "*administrador dos bens públicos*".



Confira-se que a lei não faz qualquer exceção, nem se refere à condição de o funcionário estar ou não trabalhando, ou em férias, ou licenciado, ou em disponibilidade. Assim, não é admissível que ele gerencie ou administre uma empresa industrial ou comercial, nem **fora** do período de trabalho.

E pouco importará se o funcionário tirou "*licença para tratar de interesses particulares*", ou se ele está afastado do serviço; caso gerencie qualquer empresa privada, estará infringindo uma proibição funcional.

Da mesmíssima forma ocorrerá caso ele esteja em disponibilidade: o funcionário "*em disponibilidade*" não está trabalhando, mas nem por isso fica liberado para o comércio ou gerência de sociedade privada. A única permissão é figurar, "*passivamente*", como acionista (sem administrar), ou como sócio cotista (sem administrar, gerenciar) ou comanditário (que não pode mesmo administrar).

Em verdade, bem se percebe que a lei não quer a "confusão", mistura, entre interesses comerciais privados e serviços públicos, inevitáveis se uma mesma pessoa (o funcionário público) executasse os dois concomitantemente (ao mesmo).

XII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de remuneração, benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

O funcionário também é proibido de pleitear como procurador ou intermediário nas repartições públicas. Não pode ele "*advogar*" o interesse de quem quer que seja, valendo-se de sua condição de funcionário público, que lhe propiciaria fácil ingresso, nos recintos, ou acesso aos funcionários/colegas.

Só poderá defender, advogar, atuar, quando for para pleitear algum benefício previdenciário, ou assistencial. E, mesmo assim, só em favor de algum parente (no máximo do 2º grau: até irmão, pai, avô, e neto; não pode: sobrinho ou tio, e ninguém mais: nem bisavô, nem bisneto). Naturalmente, poderá atuar cuidando dos interesses de sua esposa/marido, ou de seu companheiro (caso não seja legalmente casado).

Atenção: essa conduta, além de constituir infração disciplinar é também considerada **crime**. Assim, o funcionário será demitido a bem do serviço público e ainda responderá a um processo criminal, podendo ser condenado e ir para a cadeia.

XIII- receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

A proibição de representação de Estado estrangeiro é de extrema importância, pois o funcionário público,

conhecendo a administração pública profundamente e mantendo relações com um outro país, poderia expor a risco a própria segurança nacional, revelando segredos importantes, que conheça em razão de seu serviço.

É por isso que a lei proíbe o funcionário público de aceitar e manter tal tipo de relacionamento com outro País. Aliás a legislação anterior exigia que o funcionário, primeiramente, obtivesse licença ou autorização do Presidente da República. Como se vê, o novo Estatuto é mais rigoroso: não pode aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, nem mesmo se autorizado pelo Presidente da República, pelo Bispo, pelo Papa, etc.

XIV- aceitar representação, comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;

A proibição de representação de Estado estrangeiro é de extrema importância, pois o funcionário público, conhecendo a administração pública e mantendo relações com um outro país, poderá expor a risco a própria segurança nacional. Por isso que a lei exige a autorização do próprio Presidente da República.

XV- praticar usura sobre qualquer de suas formas;

Usura significa ganância por dinheiro, agiotagem, cupidez.

A usura mais caracterizada é o empréstimo de dinheiro a juros, dentro da repartição pública. Este dispositivo proíbe que o funcionário comerce com dinheiro e muito menos cobre taxas de juros e muito menos ainda, que estes juros sejam escorchantes.

Portanto, no empréstimo de pequenas quantias entre funcionários deve sempre se ter cautela para que não passe de um mero favor provisório; que não seja um hábito dentro da repartição.

XVI- proceder de forma desidiosa;

"Desídia" quer dizer "*pouco caso*", "*negligência*", "*pouca atenção*". E já sabemos que um dos deveres do funcionário é "*atender com presteza*" (art.116-V) e ser "*zeloso e dedicado*" (art. 126-I). Funcionário público "*vagabundo*", relapso, tem mesmo é que ser mandado embora. Não serve para ser funcionário público.

XVII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

É o chamado "*peculato-de-uso*". Ocorrerá quando o funcionário desviar para sua casa (ou sua chácara, fazenda, etc) funcionários públicos para lhe prestar serviços. Não é raro ter-se notícia de que um Chefe de qualquer mandou algum funcionário ficar trabalhando em sua casa como "*mordomo*", ou como "*eletricista*", etc. Quem o fizer será demitido a bem do serviço público.



O desvio de materiais é ainda mais grave: afora constituir infração punível com a demissão a bem do serviço público, configurará também crime de "peculato" (ao art.312/Cód.Penal). Também não é raro ter-se notícia de que algum funcionário levou para sua casa algumas telhas que "sobravam" na repartição, ou funcionário que "tira xerox" de seus trabalhos escolares na repartição. Isso é coisa grave disciplinarmente e o funcionário não apenas será demitido a bem do serviço público, como processado como criminoso.

XVIII- cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

Procura-se aqui acabar com o uso do funcionário público em serviços particulares. Chefetes muitos não hesitam em usar o funcionário para seus afazeres particulares: é o Chefe do Cartório que pede ao Auxiliar Judiciário para "comprar cigarros", o Juiz que quer que, diariamente, o Oficial de Justiça Avaliador vá levar seu cachorrinho passear, ou ir ao Banco pagar uma dívida, sacar dinheiro, etc.

Funcionário público deve exercer, exclusivamente, sua função pública, e nada mais. Claro que, se houver uma emergência transitória --- o juiz está com crise asmática e o Chefe do Cartório manda o auxiliar judiciário comprar um remédio na farmácia ---- não haverá infringência disciplinar. Nesse caso o Chefe do Cartório não cometerá a infração, nem será punido.

Mas se ele ficar "escalado" para, semanalmente, ir comprar o "remedinho" do juiz, então nem haverá emergência, nem será transitória. Quem o "escalou" para tal função estranha será punido com suspensão até 90 dias e poderá até perder seu comissionamento.

XIX -exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com as atribuições do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Nada impede que o funcionário público faça um "biquinho" para complementar sua renda mensal. Mas uma regra é absoluta: o cargo público é sagrado e a hora do serviço também o é! Não se admitirá que o exercício do cargo/função ou o horário de trabalho na repartição pública sejam sacrificados, diminuído o horário ou não cumprido, porque o funcionário tem um "biquinho", onde sua presença é exigida. Isso era muito comum com médicos: com obrigação de ficar no Posto de Saúde por 4 horas, mal cumpriam a metade do horário e já estavam num outro "empreguinho", com horário cumulativo.

Isso agora acabou: horário é horário e deverá ser cumprido. Funcionário que tiver "biquinho" com horário coincidente com o do serviço público deverá optar por um ou outro. Se não o fizer, poderá até ser demitido a bem do serviço público, se prejudicar o serviço público por causa do "biquinho".

E não é só o horário incompatível que acarretará a demissão. Também a natureza da função. Já pensou um funcionário do Judiciário, que, nas horas vagas, "vende jogo do bicho"??? Ou mesmo um Vogal Trabalhista, que nas horas vagas é balconista de um barzinho. São situações incompatíveis com a dignidade ou natureza da função e poderão acarretar a demissão do funcionário.

**Capítulo III
Da Acumulação**

Art.177 -É vedada a acumulação, remunerada ou não, de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) de dois cargos de professor;
- b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- ~~c) de dois cargos de médico.~~

Obs.:A Emenda Constitucional nº 34/2001 - alterando a Constituição Federal (art.37-XVI) determinou que não somente os médicos poderão cumular cargos, mas sim, todos os profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, funções e empregos em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Essa já era uma grande novidade introduzida pela lei nº 8027/90 (12/ABR/90). O novo Estatuto consolidou, definitivamente, essa proibição. Doravante, nenhum funcionário poderá ter dois empregos públicos. Ao funcionário só será permitido que tenha um "biquinho", porém particular e em horário não prejudicial ao serviço público.

Sabemos, também, que "funcionário público" é todo aquele que trabalha, diretamente para o Governo, ou indiretamente, isto é, trabalha para uma autarquia ou uma fundação pública (veja o art.1º do novo Estatuto). Isso significa que, quem trabalha para uma empresa pública (uma empresa pertencente, exclusivamente, ao governo — ex: Empresa Brasileira de Correio...) **não** é funcionário público. Da mesma forma, quem trabalha para uma Sociedade de Economia Mista (Empresa que tem como "sócio" tanto o Governo, como o Particular, como por exemplo, a Petrobrás, etc), ou seja, rigorosamente, não é funcionário público (segundo a definição da lei).

O funcionário público é proibido de ter dois "empregos públicos". E pouco importará se os dois empregos públicos forem em áreas diferentes, um Municipal e outro no Estado, ou na União. E mais: essa proibição atinge também o funcionário que tiver um cargo público e um



outro cargo também em Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas. E pouco importará se a Soc.Econ.Mista ou a Empresa Pública é Federal, Estadual ou Municipal. Se um funcionário do T.R.T. quiser trabalhar como bancário à noite, até pode. Mas ele não poderá trabalhar no Banco do Brasil, nem que seja à noite, ou outro horário compatível, pois este é uma sociedade de economia mista.

Este artigo é um "espelho" do que já determina a própria Constituição Federal, em seu artigo 37-incs.XVI e XVII: "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos..." já era também da Constituição (art.37-inc.XVII) a extensão da proibição de cumulação de cargos, mesmo em se tratando de cargo da administração indireta: a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

Confira que é a própria Const.Federal que já ampliava a proibição de acumulação de cargos e empregos públicos: assim, também os empregados das autarquias [Banco Central, INPS, etc.], das empresas públicas [Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Caixa Econômica Federal, Caixa Econômica do Estado de São Paulo, etc.] e das sociedades de economia mista [DERSA, Banco do Brasil, Petrobrás, Telesp, etc.], e das funções públicas [Fundação Padre Anchieta, FEBEM, etc.] não poderão ter dois cargos ou empregos públicos.

Não se impressione porque na prática todos nós conhecemos vários funcionários públicos que trabalham em dois empregos [cargos] públicos [um municipal, outro estadual, ou federal] — isto só se deve ao fato de que a Administração Pública não tem muito controle [se é que tem algum] do quadro de funcionalismo. O importante, porém, é saber que tal fato é proibido tanto pela Constituição, como pelo novo Estatuto: ninguém pode ter dois empregos públicos.

§ 2º - A compatibilidade de horários consiste na conciliação entre horários de trabalhos correspondentes a mais de um vínculo funcional e definidos ao servidor em razão das necessidades de serviço, considerados os intervalos indispensáveis à locomoção, às refeições e ao repouso.

Art.178 -Entende-se para efeito do artigo anterior:

- I - Cargo de professor - aquele que tem como atribuição principal e permanente atividades estritamente docentes, compreendendo a preparação e ministração de aulas, a orientação, supervisão e administração escolares em qualquer grau de ensino;
- II - Cargo Técnico ou Científico:
 - a) de provimento efetivo: aquele para cujo exercício seja exigida habilitação de nível superior ou profissionalizante de nível médio;

b) de provimento em comissão: aquele com atribuições de direção, coordenação ou assessoramento. (Este inciso II e suas alíneas têm sua redação dada pela Lei nº 11.380, de 30 de janeiro de 2.009)

§ 1º - A denominação atribuída ao cargo é insuficiente para caracterizá-lo como técnico ou científico.

§ 2º - A simples qualificação pessoal do servidor, desde que não diretamente relacionada à natureza do cargo, função ou emprego efetivamente exercido, não será considerada para fins de acumulação.

Art.179 -O servidor em regime de acumulação, quando investido em cargo de provimento temporário, ficará afastado de um dos cargos efetivos, se houver compatibilidade de horários.

§ único - Havendo incompatibilidade de horários, o afastamento ocorrerá em ambos os cargos efetivos, podendo o servidor optar apenas pela percepção da remuneração de um dos cargos permanentes, mais uma gratificação nos termos do artigo 78.

Art.180 -Revogado pela Emenda Constitucional 07/99.

Obs.: O texto dizia: "Os proventos da inatividade não serão considerados para efeito de acumulação de cargos, funções e empregos públicos."

Capítulo IV
Das Responsabilidades
civil, criminal e administrativa

Art.181 -O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art.182 -A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo; doloso ou culposo, que resulte em prejuízo do Erário ou de terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no artigo 58, quando inexistirem outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art.183 -A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art.184 -A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.



- § único - Não poderá retornar ao serviço público estadual o servidor que for demitido do cargo por infração dos incisos I, IV, VIII, X e XII do artigo 192, hipóteses em que o ato de demissão conterá a nota “a bem do serviço público”.
- Art.198 - Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- Art.199 - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- Art.200 -O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- Art.201 -Deverão constar dos assentamentos individuais do servidor as penas que lhe forem impostas.
- Art.202 -As penalidades serão aplicadas, salvo o disposto sem legislação especial:
- I - pelo Governador do Estado, pelos Presidentes dos Órgãos do Poder Legislativo e dos Tribunais Estaduais, pelo Procurador Geral da Justiça e pelo dirigente superior de autarquia ou fundação, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade;
 - II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso I, quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;
 - III - pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
 - IV - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo de provimento temporário.
- Art.203 -A ação disciplinar prescreverá:
- I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
 - II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;
 - III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.
- § 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

- § 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.
- § 3º - A abertura de sindicância ou a instauração do processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.
- Título V
- Do Processo Administrativo Disciplinar**
- Capítulo I
- Disposições Gerais**
- Art.204 -A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo disciplinar.
- Art.205 -A sindicância, de rito sumário, será instaurada para apurar a existência de fatos irregulares e determinar os responsáveis.
- § 1º - A comissão sindicante será composta de 03 (três) membros, que poderão ser dispensados de suas atribuições normais, até a apresentação do relatório final.
- § 2º - Não poderá participar da comissão sindicante servidor que não seja estável, como também cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do sindicado e do denunciante, se houver.
- § 3º - A comissão sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para concluir o encargo, podendo ser prorrogado por até igual período.
- Art.206 -Da sindicância poderá resultar o seguinte:
- I - arquivamento do processo, quando não for apurada irregularidade;
 - II - instauração de processo disciplinar.
- § 1º - Concluindo a comissão sindicante pela existência de fato sujeito à pena de advertência e suspensão de até 30 (trinta) dias, determinará a citação do sindicado para apresentar defesa, arrolar até 03 (três) testemunhas e requerer produção de outras provas, no prazo de 05 (cinco) dias.
- § 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, a comissão sindicante concluirá os trabalhos no prazo de 15 (quinze) dias, que poderá ser prorrogado por mais 10 (dez).
- § 3º - Da punição cabe pedido de reconsideração ou recurso, na forma desta lei.



Art.207 -Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Capítulo II
Do Afastamento Preventivo

Art.208 -A autoridade instauradora do processo disciplinar, de ofício ou mediante solicitação do presidente da comissão processante, poderá ordenar o afastamento do servidor acusado, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de remuneração, a fim de que o mesmo não venha a influir na apuração dos fatos.

§ único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Capítulo III
Do Processo Disciplinar

Art.209 -O processo disciplinar destina-se a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas funções ou relacionada com as atribuições do seu cargo.

Art.210 -O processo disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, de hierarquia igual, equivalente ou superior à do acusado, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 1º - A comissão terá um secretário designado pelo seu presidente.

§ 2º - Não poderá participar de comissão processante cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do acusado e do denunciante.

Art.211 - A comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse público.

Art.212 - O servidor poderá fazer parte, simultaneamente, de mais de uma comissão, podendo esta ser incumbida de mais de um processo disciplinar.

Art.213 - Os membros da comissão e o servidor designado para secretariá-la não poderão atuar no processo, como testemunha.

Art.214 -A comissão somente poderá deliberar com a presença de todos os seus membros.

§ único - Na ausência, sem motivo justificado, por mais de duas sessões, de qualquer dos membros da comissão ou de seu secretário, será procedida, de imediato, a substituição do faltoso, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade por descumprimento do dever funcional.

Art.215 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com publicação da portaria;
- II - citação, defesa inicial, instrução, defesa final e relatório;
- III - julgamento.

§ único - A portaria designará a comissão processante, descreverá sumariamente os fatos imputados ao servidor e indicará o dispositivo legal violado.

Art.216 - O processo administrativo disciplinar deverá ser iniciado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de sua instauração e concluído em prazo não excedente a 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo, em face de circunstâncias excepcionais.

§ único - Os membros da comissão deverão dedicar o tempo necessário aos seus trabalhos, podendo ficar dispensados do serviço de sua repartição, durante a realização do processo.

Seção I
Dos Atos e Termos Processuais

Art.217 - O presidente da comissão, após nomear o secretário, determinará a autuação da portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para apresentar defesa inicial a indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco).

Art.218 - Os termos serão lavrados pelo secretário da comissão e terão forma processual e resumida.

§ 1º - A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o presidente rubricar todas as folhas.

§ 2º - Constará dos autos do processo a folha de antecedentes funcionais do acusado.

§ 3º - As reuniões da comissão serão registradas em atas circunstanciadas.

§ 4º - Todos os atos, documentos e termos do processo serão extraídos em duas vias ou produzidos em cópias autenticadas, formando autos suplementares.



Art.219 - A citação do acusado será feita pessoalmente ou por edital.	Solução	§ 1º - Caso o defensor do acusado, regularmente intimado, não compareça sem motivo justificado, o presidente da comissão designará defensor, ainda que somente para o ato.
§ 1º - A citação pessoal será feita, preferencialmente, pelo secretário da comissão, apresentando ao destinatário o instrumento correspondente em duas vias, o qual conterá a descrição resumida da imputação, o local de reuniões da comissão, com a assinatura do presidente, e o prazo para a defesa.	Apostilas	§ 2º - A designação de defensor público e a nomeação de defensor dativo far-se-á decorrido o prazo para a defesa, se for o caso.
§ 2º - O compadecimento voluntário do acusado perante a comissão supre a citação.	Solução	§ 3º - Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação do acusado e de seu defensor.
§ 3º - Quando o acusado se encontrar em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.	Apostilas	Art.224 - Em qualquer fase do processo poderá ser juntado documento aos autos, antes do relatório.
§ 4º - O edital será publicado, por uma vez, no Diário Oficial e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, onde houver.	Solução	Art.225 - As testemunhas serão intimadas através de ato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente deles, ser anexada aos autos.
§ 5º - Recusando-se o acusado a receber a citação, deverá o fato ser certificado à vista de 02 (duas) testemunhas.	Apostilas	§ 1º - Se a testemunha for servidor, a intimação poderá ser feita mediante requisição ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a audiência.
Seção II Da Instrução		§ 2º - Se as testemunhas arroladas pela defesa não forem encontradas e o acusado, intimado para tanto, não fizer a substituição dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.
Art.220 - A instrução será contraditória, assegurando-se ao acusado ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.	Solução	Art.226 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
Art.221 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa.	Apostilas	§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.
Art.222 - A comissão promoverá o interrogatório do acusado, a tomada de depoimentos, acareações e a produção de outras provas, inclusive a pericial, se necessária.	Solução	§ 2º - Antes de depor, a testemunha será qualificada, não sendo compromissada em caso de amizade íntima ou inimizade capital ou parentesco com o acusado ou denunciante, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.
§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, podendo ser promovida acareação, sempre que divergirem em suas declarações.	Apostilas	Art.227 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um médico psiquiatra.
§ 2º - A designação dos peritos recairá em servidores com capacidade técnica especializada, e, na falta deles, em pessoas estranhas ao serviço público estadual, assegurada ao acusado a faculdade de formular quesitos.	Solução	§ único - O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, ficando este sobrestado até a apresentação do laudo, sem prejuízo da realização de diligências imprescindíveis.
§ 3º - O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.	Apostilas	Art.228 - O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o local onde será encontrado.
Art.223 - A defesa do acusado será promovida por advogado por ele constituído ou por defensor público ou dativo.	Solução	



- Art.229 -Compete à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem, durante o curso do processo, contra o acusado, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.
- Art.230 -Ultimada a instrução, intimar-se-á o acusado, através de seu defensor, para apresentar defesa final no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo.
- § único - Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias, correndo na repartição.
- Art.231 -Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.
- Art.232 -Apresentada a defesa final, a comissão elaborará relatório minucioso, no qual resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se basear para formar a sua convicção e será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor, indicando o dispositivo legal transgredido, bem como as circunstâncias mencionadas no artigo 188.
- § 1º - A comissão apreciará separadamente, as irregularidades que forem imputadas a cada acusado.
- § 2º - A comissão deverá sugerir providências para evitar reprodução de fatos semelhantes aos que originaram o processo e quaisquer outras que lhe pareçam de interesse público.
- Art.233 -O processo disciplinar, com o relatório da comissão e após o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado ou do órgão jurídico competente, será remetido à autoridade que determinou a instrução, para julgamento.
- Art.234 -É causa de nulidade do processo disciplinar:
- I - incompetência da autoridade que o instaurou;
 - II - suspeição e impedimento dos membros da comissão;
 - III - a falta dos seguintes termos ou atos:
 - a) citação, intimação ou notificação, na forma desta lei;
 - b) prazos para a defesa;
 - c) recusa injustificada de promover a realização de perícias ou quaisquer outras diligências imprescindíveis a apuração da verdade;
 - IV - inobservância de formalidade essencial a termos ou atos processuais.

- § único - Nenhuma nulidade será declarada se não resultar prejuízo para a defesa, por irregularidade que não comprometa a apuração da verdade e em favor de quem lhe tenha dado causa.

Seção III
Do Julgamento

- Art.235 -No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
- § 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.
- § 2º - Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.
- Art.236 -A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.
- Art.237 -Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, devendo outro ser instaurado.
- § único - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o artigo 203, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo V, do Título IV, desta lei.
- Art.238 -Extinta a punibilidade, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.
- Art.239 -Quando a infração estiver capitulada como crime, os autos suplementares do processo disciplinar serão remetidos ao Ministério Público.
- Art.240 -O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
- § único - Ocorrida a exoneração de que trata o artigo 46, o ato será convertido em demissão, se for o caso.
- Art.241 -Apresentado o relatório, a comissão processante ficará automaticamente dissolvida, podendo ser convocada para prestação de esclarecimento ou realização de diligência, se assim achar conveniente a autoridade julgadora.



Seção IV

Da Revisão do Processo

Art.242 -O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso da incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo seu curador.

Art.243 -No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art.244 -A alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão.

Art.245 -O pedido de revisão será dirigido ao Secretário de Estado ou a autoridade equivalente que, se autorizá-la, o encaminhará ao dirigente do órgão de onde se originou o processo disciplinar.

§ único - Recebida a petição, o dirigente do órgão providenciará a constituição de comissão revisora, na forma prevista no artigo 210.

Art.246 -Os autos da revisão serão apensados aos do processo originário.

§ único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art.247 -A comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art.248 -Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas relativas ao processo disciplinar.

Art.249 -O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ único - O prazo para julgamento será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art.250 -Julgada procedente a revisão, inocentado o servidor, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os seus direitos, exceto em relação à demissão de cargo de provimento temporário que será convertida em exoneração.

§ único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

Art.251 -Aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar o Código de Processo Penal.

Título VI
Da Contratação Temporária
de Excepcional Interesse Público

Art.252 -Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderá haver contratação de pessoal, por tempo determinado e sob regime de direito administrativo.

Art.253 - Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I - combater surtos epidêmicos;

II - realizar recenseamentos e pesquisas, inadiáveis e imprescindíveis;

III - atender a situações de calamidade pública;

IV- substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro;

V - atender a serviços cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a pré - determinação do prazo;

VI - atender às necessidades do regular funcionamento das unidades escolares estaduais, enquanto não houver candidatos aprovados em concurso, em número suficiente para atender à demanda mínima e nos casos de substituição decorrentes de licença prêmio, licença maternidade ou licença médica dos ocupantes de cargos de magistério público estadual de ensino fundamental e médio;

Obs.:Este inciso VI foi acrescentado pela Lei nº 7.992/2001.

VII - atender as funções públicas de interesse social, através de exercício supervisionado, na condição de treinandos de nível técnico ou superior;

Obs.: Este inciso VII foi acrescentado pela Lei nº 8.889, de 01.12.2003, que reenumerou o antigo inciso VII para VIII. Confira:

VIII - atender a outras situações de urgência definidas em lei.

§ 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação orçamentária específica e não poderão ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, admitida uma única prorrogação, por igual período, podendo ser subdividido em etapas compatíveis com a necessidade do serviço a ser executado, exceto na hipótese prevista no inciso VII deste artigo, cujo exercício será ininterrupto, com prazo não superior a doze meses, prorrogável por igual período.

Obs.: Este § 1º tem sua redação dada pela Lei nº 8.889, de 01.12.2003.



§ 2º - O recrutamento será feito mediante o processo seletivo simplificado, segundo critérios definidos em regulamentos, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I, III, VI e VIII.

Obs.: Este § 2º tem sua redação dada pela Lei nº 8.889, de 01.12.2003.

§ 3º - Poderá ser efetuada a recontração de pessoa admitida na forma deste artigo, desde que o somatório das etapas de contratação não ultrapasse o prazo de 48 (quarenta e oito) meses.

Obs.: Este § 3º foi acrescentado pela Lei nº 7.992/2001.

Art.254 -É nulo de pleno direito o desvio de função da pessoa contratada, na forma deste título, sem prejuízo das sanções civil, administrativas e penal da autoridade responsável.

Obs.: Este artigo tem sua redação dada pela Lei nº 7.992/2001.

Art.255 - Nas contratações por tempo determinado, serão observados os padrões de vencimento dos planos de carreira do órgão ou da entidade contratante.

Título VII
Das Disposições Gerais

Art.256 -O Dia do Servidor Público estadual será comemorado em 28 de outubro.

Art.257 -Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes do Estado, além dos previstos nos respectivos planos de carreira, os seguintes incentivos funcionais:

- I - prêmios pela apresentação de inventos, trabalhos ou idéias que impliquem efetivo aumento da produtividade, aprimoramento da formação profissional, bem como redução dos custos operacionais;
- II - concessão de medalhas, diplomas honoríficos, condecorações e elogios.

Art.258 -Para fins de revisão dos valores de vencimentos e proventos dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, é fixada em 1º de janeiro de cada ano a correspondente data-base.

Art.259 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

§ 1º - Os prazos são contados a partir do primeiro dia útil após a intimação.

§ 2º - A intimação feita em dia sem expediente considerar-se-á realizada no primeiro dia útil seguinte.

Art.260 -Por motivo de crença religiosa ou de convicção política ou filosófica, nenhum servidor poderá ser privado de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art.261 -São assegurados ao servidor público os direitos de associação profissional ou sindical e o de greve.

§ único - O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei.

Art.262 -Para os fins desta Lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e o servidor tiver exercício em caráter constante.

Título VIII
Das Disposições Finais e Transitórias

Art.263 - Ficam submetidos ao regime jurídico desta Lei, os atuais servidores dos Poderes do Estado, das suas autarquias e fundações, regidos pela Lei nº 2.323, de 11 de abril de 1966, bem como os regidos pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), exceto os servidores contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento dos respectivos prazos.

§ 1º - Os servidores contratados anteriormente à promulgação da Constituição Federal, que não tenham sido admitidos na forma regulada em seu artigo 37, são considerados estáveis no serviço público, excetuados os ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, declarados, em lei, de livre exoneração.

§ 2º - Os empregos ocupados pelos servidores vinculados por esta Lei ao regime estatutário ficam transformados em cargos, na data de sua publicação, e seus ocupantes serão automaticamente inscritos como segurados obrigatórios do IAPSEB -Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia.

§ 3º - Os contratos individuais de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, extinguem-se automaticamente pela transformação dos empregos ou funções, assegurando-se aos respectivos ocupantes a continuidade da contagem do tempo de serviço para efeitos desta Lei.



- § 4º - Os empregos dos servidores estrangeiros com estabilidade no serviço público, enquanto não adquirirem a nacionalidade brasileira, passarão a integrar quadro em extinção, sem prejuízo dos direitos inerentes aos planos de carreira a que se encontrem vinculados os seus empregos.
- § 5º - As vantagens pessoais concedidas até a vigência desta Lei aos servidores contratados, serão sempre majoradas no mesmo percentual de aumento atribuído ao cargo de provimento permanente.
- Art.264 -A movimentação dos saldos das contas dos servidores pelo regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem assim a das contas dos servidores não-optantes, obedecerá ao disposto na legislação federal.
- Art.265 - Os adicionais por tempo de serviço já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei ficam transformados em anuênio.
- Art.266 -O servidor da administração estadual direta, autárquica ou fundacional, regido pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), aposentado antes da vigência desta Lei, continuará submetido ao regime geral da previdência social a que se vinculava, para todos os efeitos legais.
- Art.267 -As Universidades Públicas Estaduais, no exercício da autonomia que lhes é assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal e o artigo 262 § 1º da Constituição Estadual, realizarão seus concursos públicos com a observância dos respectivos Estatutos e Regimentos Gerais aprovados nos termos da Legislação Federal especial aplicável, do Estatuto do Magistério Superior Estadual e das Leis Estaduais relativas aos respectivos quadros.
- Art.268 -Aplicar-se-ão aos casos de vantagem pessoal por estabilidade econômica, concedidos até a vigência desta Lei, as regras estabelecidas no artigo 92, vedado o pagamento de quaisquer parcelas retroativas.
- Art.269 -A mudança do regime jurídico ocorrerá na data da publicação desta Lei, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente.
- Art.270 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 529, de 20 de dezembro de 1952, a Lei nº 2.323, de 11 de abril de 1966, salvo artigo 182 e seus parágrafos, e o artigo 41 da Lei nº 6.354, de 30 de dezembro de 1991.
- Obs.: O conteúdo desta Lei nº 6.677/1994 foi extraído - e atualizado - do site da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, cujo endereço é <http://www.legislabahia.ba.gov.br>

Obs.: O conteúdo desta Lei nº 6.777/1994 foi extraído - e atualizado - do site da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, cujo endereço é <http://www.legislabahia.ba.gov.br>

[illegible]